REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XIV - NÚMERO 72 - BIMESTRAL - 2018
www.ibefrio.org.br

Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central

Istvan Kasznar: reequilíbrio das contas financeiras do Rio de Janeiro

Maurício Bernis: previsões de política, negócios e investimentos

André Cruz: Brasil e a abertura comercial com o resto do mundo

Pedro Henrique Rabelo: o que vai impactar a Bolsa em 2018

IBEF
Rio de Janeiro

O GRUPO CCR ACREDITA QUE O FUTURO DO BRASIL **PASSA POR RODOVIAS, AEROPORTOS, MOBILIDADE URBANA E MUITO INVESTIMENTO.**

Foto: Emiliano Capozoli/Estúdio Folha

VLT carioca, que liga a região portuária ao centro financeiro da cidade e ao Aeroporto Santos Dumont: uma opção moderna para o transporte urbano do Rio de Janeiro.

Construção e operação das linhas do **metrô da Bahia** e operação da **linha 4-Amarela** do metrô de São Paulo: considerada entre as mais modernas da América Latina.

Modernização e ampliação do **Aeroporto Internacional de Belo Horizonte,** além da administração de outros aeroportos da América Latina e atuação em alguns dos mais importantes dos Estados Unidos.

3.265 quilômetros de **rodovias** nos Estados de SP, RJ, PR e MS, entre elas a Rodovia dos Bandeirantes, eleita por 6 anos seguidos a melhor rodovia do país.*

*Segundo Pesquisa CNT.

Com novos investimentos, novas parcerias e muito trabalho, o Brasil vai reencontrar o caminho do crescimento, e o Grupo CCR está pronto para continuar viabilizando soluções para a melhoria do transporte e da mobilidade dos brasileiros.

É por aqui que você chega lá.

CCR

GrupoCCROficial YouTube GrupoCCROficial www.grupoccr.com.br

Editorial

Balança comercial brasileira

Iniciamos o ano de 2018 com alguns dados positivos: Balança comercial de 2017 com U$ 67 bilhões registrando o melhor resultado desde 1989; PIB fechando o ano em 1,1%; Bolsa de Valores com 76.062 pontos.

De forma tímida a economia do país vai se recuperando graças a uma condução responsável dos atuais gestores. Depois de anos sofrendo com decisões economicas populistas, irresponsáveis e de enorme incompetência por parte do último governo, esperamos entrar em um ciclo produtivo.

Em 2018 a **Revista IBEF** permanecerá atenta aos importantes temas nacionais e do Rio de Janeiro, procurando levar a nossos leitores informações que contribuam para as tomadas de decisões empresariais.

Boa leitura a todos!

Marcos Chouin Varejão
Fevereiro 2018

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

OPINIÃO.....2
Tarcísio Adamek e Cristian Shinobe: Ganhos ocultos: como reduzir perdas financeiras na sua empresa.

NACIONAL.....4
Economia Verde representou 18,8% da carteira de financiamentos a pessoas jurídicas.

NACIONAL.....5
Transações em dinheiro, a partir de R$ 50 mil, seguem novas regras do Banco Central.

OPINIÃO.....6
André Cruz: Brasil - adoção de uma mentalidade em relação à sua abertura comercial com o resto do mundo.

OPINIÃO.....8
Istvan Kasznar: o reequilíbrio das contas financeiras do Estado do Rio de Janeiro - ERJ.

ENTREVISTA.....16
Marx Beltrão: "Em 2017 plantamos as sementes para transformar o turismo em um dos principais pilares da economia brasileira".

ECONOMIA.....18
Claudio Camargo: pontos de atenção na preparação de demonstrações financeiras.

NACIONAL 20
São Paulo, Rio de Janeiro e Recife ganham máquina que recicla garrafas de vidros.

OPINIÃO.....21
Pedro Henrique Rabelo: como as eleições, a reforma da previdência e a macroeconomia mundial vão impactar a Bolsa de Valores em 2018.

OPINIÃO.....22
Janaína Lima: conciliar para desburocratizar o serviço público.

NACIONAL.....23
Especialista enumera os três passos para uma vida financeira saudável em 2018.

NACIONAL.....24
Fernando Honorato Barbosa: a inclinação da curva de juros no Brasil.

DAY TRADE.....26
Coluna de informação.

ESTANTE.....27
Coluna sobre publicações editoriais.

OPINIÃO.....28
Mauricio Bernis: previsões 2018 - política, negócios e investimentos.

OPINIÃO.....30
Alexandre Diniz: investindo em negócios sustentáveis e com propósito.

OPINIÃO.....31
Rafael Narezzi: 2018 será o ano das moedas digitais, afirma especialista.

NACIONAL.....32
Nova tecnologia promete revolucionar o combate ao roubo de cargas no Brasil.

NACIONAL.....33
Carolina M. Borges de Olinda: falta de transparência prejudica empresas que pedem recuperação judicial.

OPINIÃO.....34
Marcelo Crivella: paz é fruto da justiça.

OPINIÃO.....36
Arcênio Rodrigues da Silva: advogado faz alerta para as principais mudanças no Brasil, em 2018

OPINIÃO.....37
Stefan Alexander: empresas saudáveis, um aviso aos gestores.

JURISPRUDÊNCIA.....39
TRF3 cria grupo de trabalho para integrar execuções fiscais ao PJE.

OPINIÃO.....40
Gilberto Ururahy: o impacto do estresse nas organizações.

Ganhos ocultos: como reduzir perdas financeiras na sua empresa

*Tarcísio Adamek e Cristian Shinobe**

Um dos principais desafios das áreas de suporte administrativo de uma empresa é a pressão constante pela redução de seus custos. Mas, além disso, os gestores destas áreas deveriam estar cada vez mais preocupados em acrescentar mais valor e propósito ao negócio.

O potencial para essa geração de valor é enorme. Áreas como Contas a Pagar, Contas a Receber e Departamento Pessoal são responsáveis por processar grande parte das transações com forte impacto financeiro nas empresas. Neste cenário, ainda são poucas as empresas que conseguem manter um controle detalhado desses dados e analisar os custos envolvidos, gerando perdas ou benefícios financeiros não calculados pelas empresas decorrentes de:

- Falta de conhecimento das regras
- Erros no processamento de informações
- Cobranças indevidas
- Dados desatualizados ou controles ineficientes

Um exemplo comum de perda financeira refere-se ao pagamento de benefícios para colaboradores por um período superior ao exigido na convenção coletiva de trabalho. Também não é incomum esse pagamento continuar a acontecer após o desligamento do colaborador da empresa. Para ilustrar, em um projeto conduzido pela TOTVS Consulting foram identificados 30 colaboradores com pagamento de valores indevidos, apenas para um tipo de benefício. Esta única hipótese testada representava uma perda anual de quase R$ 100 mil. Situações como essas podem ocorrer também no pagamento dos benefícios sociais exigidos pela CLT.

Fazer uma gestão mais eficiente das despesas administrativas tem grande de potencial de geração de valor para as empresas. O alto volume de transações financeiras suportados por processos manuais e sem os devidos controles, gera muito desperdício financeiro.

No quadro abaixo, separamos casos reais analisados pelo nosso time de consultoria onde pode-se observar o potencial envolvido em uma única hipótese:

EXEMPLOS DE RESULTADOS IDENTIFICADOS POR HIPÓTESES
(BENEFÍCIOS ATUAIS)

As perdas financeiras identificadas são diretamente relacionadas ao nível de maturidade de processos e sistemas bem como ao volume de transações envolvidas.

Estes custos que podem ser evitados e que até então eram desconhecidos ou não controlados pela empresa são o que chamamos na TOTVS de Ganhos Ocultos. Conheça algumas dicas para reduzir este tipo de perda financeira:

1. **Crie uma rotina de gestão de valor:**
   Por meio da implantação de rotinas de gestão de valor é possível utilizar os dados transacionais da empresa para gerar informações importantes para todas as áreas corporativas.
   Com o tempo, a equipe envolvida nesse processo pode identificar padrões na análise de dados, identificando os pontos mais frequentes que geram perda financeira. Para isso, é importante que seja feito um estudo muito criterioso da regulamentação aplicada e dos direitos da empresa, em relação às partes envolvidas para evitar custos desnecessários.

2. **Reveja seus processos:**
   Não basta fazer uma análise pontual para a redução de custos. É importante utilizar os inputs identificados para retroalimentar os processos, fazendo o acompanhamento sistemático dos dados para que estes custos não voltem a aumentar. Esta revisão deve focar em três pontos:

- Identificar erros em processos: os erros podem ser decorrentes da ausência de uma etapa de conferência nos processos, de falhas na origem dos dados ou até mesmo de um erro no cálculo dos benefícios, por exemplo.
- Identificar riscos de fraudes: Um dos principais pontos que podem gerar riscos de fraudes é a ausência da segregação de funções. É o caso de ter pessoas que têm acesso no sistema para fazer solicitações de reajuste salarial e aprovar a mesma solicitação, por exemplo.
- Revisar políticas e normas da empresa: com os *inputs* gerados com a análise de dados, é possível identificar orientações e restrições que podem ser incorporadas às normas da empresa, evitando que os custos voltem a acontecer no futuro.

3. **Identifique oportunidades de automatização:**
   Por mais que os processos estejam padronizados, algumas análises são muito difíceis de serem realizadas no dia-a-dia, já que o volume de dados trabalhados em algumas empresas é muito alto. Imagine por exemplo o esforço de conferir uma fatura de plano de saúde de uma empresa com 10 mil funcionários.

   Nestes casos, vale a pena investir em tecnologia para realizar análises rotineiras. Entre elas, pode-se pensar em uma ferramenta de Analytics que permite criar painéis de indicadores que ajudem a monitorar os custos envolvidos. Outra opção é o uso de formulários digitais ou aplicativos para controlar solicitações, muitas vezes com integrações sistêmicas. Desta forma, é mais fácil rastrear as solicitações e autorizações sem a necessidade de buscar nas caixas de e-mail individuais. Além disso, muitas empresas estão utilizando ferramentas de RPA (Robotic Process Automation), que utilizam softwares de robotização para automatizar atividades de análise e consolidação de dados.

   Vale lembrar que para cada necessidade de negócio há soluções de automatização diferentes. É importante avaliar a solução mais aderente para garantir o retorno sobre o investimento.

Geração de Valor

Com essas ações focadas na redução de custos, as áreas administrativas deixam de atuar apenas como áreas executoras, passando a ter um papel mais proativo na análise de dados, trazendo *insights* que permitam otimizar ganhos - até então ocultos - que beneficiam, além do próprio departamento, a empresa como um todo.

Sobre a TOTVS Consulting

A TOTVS Consulting é a divisão de consultoria de negócios da TOTVS. Tem como objetivo trazer inovação e aumentar a eficiência da operação de seus clientes por meio de trabalhos que unem visão estratégica, processos, tecnologia e pessoas. Com conhecimento em diversas áreas de negócio, oferece soluções personalizadas para cada empresa, independente do setor ou porte. A TOTVS Consulting tem uma equipe de mais de 300 consultores alocados em escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Macaé, Belo Horizonte, Brasília e em inúmeros clientes em todo o Brasil e na América Latina.

Tarcísio Adamek, Diretor na TOTVS Consulting responsável pelas práticas de Desempenho Empresarial e Robotização via RPA e Cristian Shinobe, Gerente Sênior da TOTVS Consulting.

Economia Verde representou 18,8% da carteira de financiamentos a pessoas jurídicas

Aumentam os financiamentos bancários as atividades de baixa emissão de gases efeito estufa e emissões de "títulos verdes" no mercado de capitais, mostra levantamento da FEBRABAN.

O financiamento bancário voltado aos setores da economia de baixo carbono tem avançado no Brasil. Em 2016, 18,8% dos empréstimos a pessoa jurídica foram direcionados à chamada Economia Verde – um aumento de 2,1 pontos percentuais em relação a 2015, quando a carteira de crédito a pessoas jurídicas para este segmento representou 16,7% do total.

O levantamento foi realizado com 15 bancos, que representam quase 90% da carteira de empréstimos PJ do setor, e é baseado em dados da Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, com o apoio de dados do Banco Central.

Para o diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, Mário Sérgio Vasconcelos, a recente criação de mecanismos para medir o volume de financiamentos à economia verde e aos setores de alto impacto ambiental já foi, por si só, um avanço importante. "O que não conseguimos medir, não gerenciamos; isso significa dizer que os bancos estão olhando seus portfólios de empréstimos e passam a ter mais clareza não só sobre os clientes, mas sobre as atividades econômicas que estão financiando", explicou o executivo.

Devido à desaceleração da economia, entre 2015 e 2016 houve queda de 13% no volume total de crédito PJ concedido no Brasil, mas a redução foi menor tanto nas concessões de empréstimos para setores com potencial impacto socioambiental (-1,9%) quanto para setores da Economia Verde (-2,5%) – o que, para Vasconcelos, sinaliza a relevância desses setores nas carteiras dos bancos.

"Continuamos trabalhando para viabilizar o financiamento da recomposição florestal, para as energias renováveis etc" constata o executivo. "São modelos novos de mercado, não triviais, nem padronizados, muito menos fáceis." A FEBRABAN estimula o desenvolvimento desses novos modelos e sua aplicação pelo mercado, o que exige esforço e participação dos bancos e de outras entidades, comentou Mário Sérgio Vasconcelos.

Mais recentemente, a FEBRABAN passou a dar apoio à Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais para que esta também passe a medir, regularmente, a carteira de títulos das instituições do mercado de capitais voltadas à chamada economia de baixo carbono. O primeiro levantamento, tendo como base 2016, mostrou que a captação de recursos com emissão de títulos chegou a cerca de R$ 25 bilhões – cerca de 21,1% do total emitido em todos os setores (R$ 116 bilhões). O levantamento considerou apenas o chamado "dinheiro novo", ou seja, emissões novas de debentures, ignorando as reemissões, além de bonds e emissões primárias de ações.

Embora não haja dados anteriores para comparações, os especialistas acreditam que esse volume também esteja em ascensão. "No ano passado, criamos um guia para a emissão de títulos verdes no Brasil, em parceria com CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável)", lembrou Vasconcelos. "Fechamos setembro deste ano com 3,8 bilhões de dólares em Green bonds no Brasil, desde a primeira emissão, em 2015, feita pela BRF; depois da publicação do nosso guia, o volume tem crescido ainda mais", acrescentou.

O levantamento "Mensurando recursos financeiros alocados na Economia Verde 2016" e o "Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil", entre outras publicações, estão disponíveis para consulta no site da FEBRABAN.

Transações em dinheiro, a partir de R$ 50 mil, seguem novas regras do Banco Central

Para aumentar o controle sobre movimentações financeiras em espécie, circular 3.839/17 do Banco Central determina novos procedimentos em transações de alto valor.

Entrou em vigor dia 27 de dezembro, os clientes bancários que precisarem sacar na boca do caixa valor igual ou acima de R$ 50 mil, em dinheiro vivo, terão que seguir novas regras. A operação terá que ser informada ao banco com no mínimo três dias úteis de antecedência. Também será preciso fornecer dados adicionais sobre a transação, como os motivos da movimentação financeira. Até agora, a comunicação prévia ao banco era exigida apenas com um dia útil de antecedência e para valor igual ou acima de R$ 100 mil.

As exigências constam da circular 3.839 do Banco Central, publicada em 30 de junho, com prazo de 180 dias para entrada em vigor. E, além da redução do limite para valores de comunicação obrigatória, outra importante mudança estabelecida é a padronização dos dados a serem incluídos em um formulário que será fornecido pelos bancos. Entre as informações exigidas, está a finalidade a ser dada ao valor sacado, além da identificação dos responsáveis e dos beneficiários do saque.

O formulário pode ser preenchido por meio eletrônico nos portais dos bancos ou nas agências bancárias. Deve ser entregue à instituição financeira com no mínimo 3 dias úteis de antecedência à retirada do dinheiro para que o valor seja reservado (o chamado provisionamento).

As informações fornecidas pelos clientes serão automaticamente encaminhadas ao COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). O sistema financeiro efetuou em 2017 mais de 1 milhão de comunicações de operações em espécie, segundo divulgou recentemente o COAF

"Os bancos apoiam os novos procedimentos e controles das operações com recursos em espécie", afirma Adriano Volpini, diretor adjunto da Comissão de Prevenção a Lavagem de Dinheiro da FEBRABAN. "Essas medidas contribuem para aprimorar as políticas oficiais de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, e, ao mesmo tempo, darão mais segurança aos clientes na realização das operações."

O diretor da FEBRABAN explica que os ajustes promovidos pelo Banco Central fazem parte de debates ocorridos na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), instância criada em 2003 para articular a ação de entidades públicas e da sociedade civil na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

"Como a nova regra entra em vigor num período de grande movimentação no comércio (logo após o Natal), a orientação para os clientes pessoas físicas e jurídicas é dar preferência aos canais eletrônicos para transferências e outras transações", alerta Volpini.

"Não corra riscos desnecessários sacando valores elevados e andando com grande soma de dinheiro pelas ruas; é muito mais seguro usar os meios eletrônicos" recomenda o executivo. "Nos dias de hoje, com toda tecnologia existente, não justifica sair de uma agência bancária portando valores elevados."

NORMA

A circular 3.839/17 reduz de R$ 100 mil para R$ 50 mil o valor para Comunicações de Operações Automáticas (COA) ao Coaf, a partir de 27/12/2017.

Operações envolvidas:

- emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos, em montante acumulado igual ou superior a R$ 50 mil ou o equivalente em moeda estrangeira;
- depósito em espécie, saque em espécie, ou saque em espécie por meio de cartão pré-pago, de valor igual ou superior a R$ 50 mil;
- emissão de cheque administrativo, TED ou de qualquer instrumento de transferência de fundos contra pagamentos em espécie, de valor igual ou superior a R$ 50 mil.

INICIATIVAS

A mudança nas regras de saques em dinheiro é uma das ações desenvolvidas na ENCCLA com participação efetiva da FEBRABAN. Em 2017, foram feitos, ainda, estudos para mapear o uso de moedas virtuais e meios de pagamento eletrônico, e para sugerir medidas de auxílio na prevenção de crimes praticados com o uso de documentos falsos.

Os bancos investem continuamente na capacitação de pessoas, no desenvolvimento de sistemas de inteligência e na atualização de processos para identificar e reportar as operações atípicas – aquelas que indicam irregularidades ou são incompatíveis com o patrimônio ou ramo de atividade dos clientes. Essa atuação levou o Coaf a considerar o setor bancário como o mais avançado entre todos aqueles que lidam com movimentação de dinheiro.

Brasil: adoção de uma mentalidade em relação à sua abertura comercial com o resto do mundo

*André Cruz**

O Brasil é historicamente um país protecionista, de acordo com estudo realizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), nas transações comerciais feitas com outros países ao amparo de Acordos de Livre Comércio[1], e a sua exposição aos consumidores do mundo é de apenas 8%. Se comparado aos nossos vizinhos no Chile (83%), Peru (74%) e México (57%), podemos constatar que há espaço para avanços consideráveis. Outro dado que confirma essa condição é decorrente de um levantamento feito pela ICC (*International Chamber of Commerce*)[2], apontando que o Brasil é o país mais fechado para o Comércio Exterior dentre todos os integrantes do G20. A economia brasileira recebeu a nota 2,3 em 2015, em uma escala de 1 a 6, ficando atrás da Índia e da Argentina.

Os dados acima revelam que o Brasil encontra-se em posição de isolamento, condição que, ante um cenário de globalização crescente, mostra-se desfavorável. Enquanto o Brasil tem assinados apenas 22 FTA's (Free Trade Agreements)[3] em seu portfólio comercial - a maioria deles concentrados na América do Sul - o Chile possui 62 e o Peru, 52. A Colômbia, por sua vez, está apta a realizar trocas comerciais com 60 países. Vale ressaltar que todos os três exemplos citados possuem Acordos Comerciais com os Estados Unidos e a União Europeia, enquanto o Brasil ainda encontra-se em fase de discussão de um acordo com o velho continente.

Diante disso, o país precisa tomar decisões rapidamente sobre o novo cenário comercial que já se consolida, pois a ideia de controlar o comércio global por meio de imposição de tarifas tem cada vez mais se tornado inócua. Observa-se que diversos países têm caminhado no sentido da eliminação das barreiras tarifárias, substituindo-as por barreiras não tarifárias, técnicas, sanitárias e fitossanitárias. Visto que, com o gradual aumento no volume de produções transnacionais, tem se tornado muito difícil conter o avanço das trocas comerciais entre os países.

Com o advento do AFC (Acordo de Facilitação do Comércio) este cenário tende a se consolidar cada vez mais e de maneira mais acentuada, basta observar a estimativa feita pela OMC (Organização Mundial do Comércio)[4] de que o acordo irá reduzir, em média, os custos das operações comerciais em 14,5% e gerar US$ 1 trilhão em comércio adicional por ano. Destaca-se que, deste total, 2/3, ou seja, aproximadamente US$ 670 bilhões serão gerados em países em desenvolvimento, ou seja, o Brasil pode e deve se posicionar para usufruir dos benefícios que este novo cenário irá produzir.

A OMC projetou, ainda, que ao facilitar os trâmites aduaneiros, o AFC também deve permitir que novas empresas participem do comércio exterior. Estima-se que o número de exportadores nos países em desenvolvimento pode aumentar em até 20%[5] quando o acordo estiver plenamente em vigor. Não há como perder essa grande e única oportunidade, o Brasil precisa começar a se preparar para acessar mercados relevantes ao redor do mundo, visto que esse será o meio mais eficaz para fazer frente à forte concorrência oriunda dos países Asiáticos, especialmente a China, que promoveu profundas transformações nas condições concorrências em escala mundial.

Um novo enfoque deve ser inaugurado, não se fala mais de produção puramente nacional, há uma grande cadeia de valor agregado, na qual considerável parcela dos produtos é transnacional, não concedendo espaços para estratégias protecionistas. Os métodos de regulações e medidas de defesas comerciais

“Os acordos de livre comércio são fontes importantes de produção de regras e servem como seguro para coibir mudanças bruscas nas políticas e práticas comerciais que possam afetar as exportações e os investimentos brasileiros no exterior.”

usualmente adotados pelo Brasil passam a não mais fazer sentido, uma vez que o cenário global se concentra em conceder mais espaço para sistemas de reconhecimento mútuo entre os países. Neste caso é preciso reconhecer o esforço brasileiro para a assinatura de ARM’s (Acordos de Reconhecimento Mútuo) como forma de fortalecimento da estratégia de certificações OEA (Operador Econômico Autorizado) às empresas brasileiras.

Durante as negociações de futuros Acordos Comerciais, o Brasil, ante o exposto, precisa evitar a busca por sistemas de preferências e reciprocidades, pois este não é o melhor caminho para se estimular o comércio global. Neste cenário, o ideal é privilegiar estratégias que promovam efetiva redução nos custos que indiretamente impactam nas transações internacionais.

Os acordos de livre comércio são fontes importantes de produção de regras e servem como seguro para coibir mudanças bruscas nas políticas e práticas comerciais que possam afetar as exportações e os investimentos brasileiros no exterior. Eles podem representar, também, um fator adicional na atração de investimentos estrangeiros voltados para a exportação a partir do Brasil. Por essa razão, a atual estratégia adotada pelo país em suas tentativas de negociações de novos FTA’s deve ser totalmente reformulada no sentido da adoção de práticas comerciais cada vez mais liberalizantes.

**** Supervisor de Acordos Comerciais na Thomson Reuters.***

O reequilíbrio das contas financeiras do Estado do Rio de Janeiro - ERJ

*Istvan Kasznar**

•Apresentação sintética, resumida;
•Objetivos e metas de teor Financeiro
•Metodologia da apresentação:
–Contexto e referências das Finanças Públicas, em resumo;
–Estatísticas fundamentais, médias de evolução de Receitas, Despesas, PIB e afins entre 2006 e 2016, em resumo;
–Os fatores críticos de sucesso para que realmente suceda um reequilíbrio estável;
–O que parece que pode e deve ser feito, resta a saber se os interesses de grupo arraigados e a cultura local estão deveras propensos a aceitar e implantar mudanças;
•Sugestões para o reequilíbrio das Finanças:
–Gestão e Administração de fato, com boas práticas;
–O cerne da prática das Finanças Públicas sob ótica Diretiva
•Referências Legais e autorais (vide no documento integral, ref. Pg 31)

Objetivos e metas de teor Financeiro: Reequilibrar as Finanças Públicas do ERJ requer medidas, a saber,
•Avaliar a situação encontrada: RCL caem; DespCL sobem; Déficit Primário e Nominal dispararam; Dívida Liquida disparou e cobre precariamente as contas
•Isto implica na Necessidade de reestruturar as Finanças:
–Estruturalmente, das componentes principais e fixas, de longo prazo;
–Conjunturalmente, em face do momento de profunda depressão econômica estadual e recessão macroeconômica sem par, brasileira;
–De forma a que não se repita o quadro deteriorado no médio e no longo prazos;
–Evitando-se o endividamento crônico;
–Criando-se dependência financeira e política da União;
•Recuperar a RCL (arrecadação e renúncia fiscal); controlar e otimizar as despesas correntes; aumentar a capacidade de investimento e pagar dívidas, reduzindo-as convenientemente, faz parte da equação de reequilíbrio;
•Eliminar e controlar as raízes e os fundamentos combinados dos problemas encontrados:

–Projeções equivocadas;
–Assunção de cenários irrealistas, pouco debatidos, fechados em copas;
–Acomodar-se na presunção de que Obrigações de Crédito (formação de dívida) e Transferências da União são inesgotáveis. Pelo contrário, tudo tem um limite;
–Ojeriza da classe política em, após ter contratado pessoal em massa, como se o Estado produzisse riqueza (o que não faz) e ter aumentado proventos dos servidores, passar a demitir pessoal. Assunto delicado, complexo e desgastante;
–Porque não tem emprego e o empresariado perdeu em eficiência face a outros estados, emprega-se em E&M, a folha cresce, cobra-se mais impostos, logo destrói ainda mais a competitividade do setor privado e vai repetindo a destruição do ciclo virtuoso;
–Governos eleitos vencedores assumem e se isolam, se retraem de contato maior com a sociedade, no que surgem graves suspeitas de azar moral, comunicação limitada porque há o que esconder e especulações sobre a competência para governar.

•Direcionar-se para a coordenação econômico-financeira integral do ERJ;
•Incentivar a produção de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Auto-sustentável e de Longo Prazo, do ERJ que seja aplicável, realista e submetido a rigoroso acompanhamento técnico. Democratizar o acesso e acompanhamento de resultados desse PE, com um cockpit de controle efetivo nos melhores centros de inteligência do ERJ;
•Adotar as medidas pertinentes sobre os que agem com Gestão Temerária – Código Civil, artigo 50 da Lei 10.406. Identificar às claras aqueles que hão

A nº 1 brasileira de auditoria independente conta com 500 escritórios em 82 países.

FAÇA SUA ESCOLHA.

Ética
Estratégia
Boas práticas
COMPLIANCE
Transparência
Reputação
Governança
Leis
Políticas
Auditoria
Corrupção
Riscos
Controles internos
Normas regulatórias

26 anos

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of BKR International

55 21 2156-5800

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

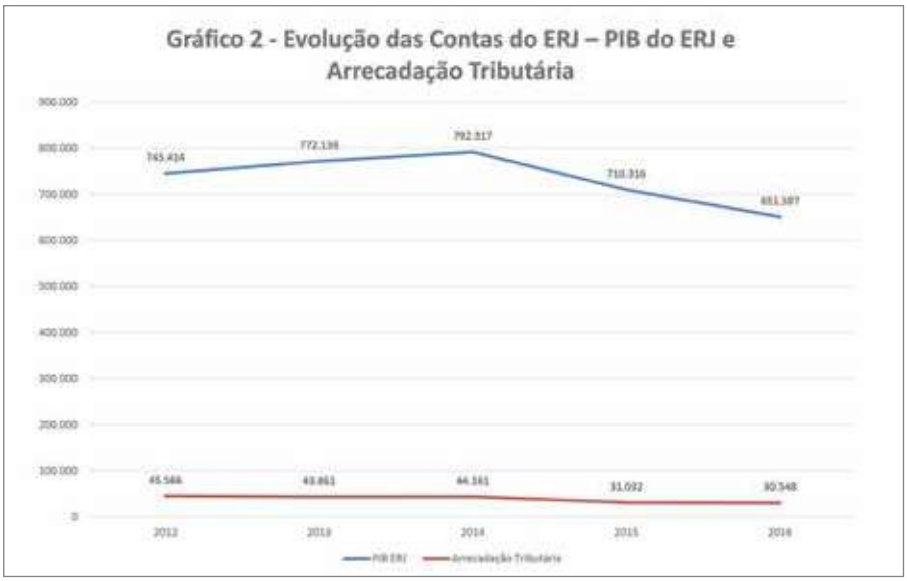
SEDE: Av. Graça Aranha, 416 - 11º andar - Centro | Rio de Janeiro - RJ São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG | Vitória - ES

Siga-nos:

de responder solidária e ilimitadamente pelos atos de gestão irregular, temerária e "equivocada", com apuração concreta de responsabilidades;

- Mentalidade variada. Acabar com a era do: "tudo bem"; "deixa para lá"; "não é comigo"; "você não é um dos nossos"; "não abra o mercado, não incentive a concorrência, deixa estar, senão você vai melar o meu negócio" e tantas outras expressões que mostram a que nível chegou a "cultura local";
- Agilizar por conta de produtividade, eficiência, eficácia, velocidade de resposta, ética e produtividade, os procedimentos de promoção de servidores, para valorizar uma política meritocrática e de adaptabilidade à competição globalizada;
- Aproveitar o trabalho e serviço voluntário, bem definido e estatuído, de antigos servidores do ERJ, inativos, aposentados, que possuem saber, conhecimento, motivação e custam menos em fase de diáspora econômica.

Estatísticas fundamentais, médias de evolução de Receitas, Despesas, PIB e afins entre 2012 e 2016, em resumo, do Estado do Rio de Janeiro – ERJ.



Estatísticas fundamentais, médias de evolução de Receitas, Despesas, PIB e afins entre 2006 e 2016. Comentários técnicos em resumo

•Indicadores Fiscais e Valores Absolutos nominais e ajustados pela taxa de inflação ajudam a explicar a situação em que se encontram as Finanças Públicas do Estado do Rio de Janeiro (ERJ)

•Resultados nominais indicam contínuo crescimento da dívida líquida do ERJ entre 2006 e 2016, salvo em 2009;

•Os resultados encerram com déficit, fora das metas definidas em LDO, os anos de 2008, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 ...

•Receitas estimam-se em LOA. Visam suficiência fiscal, sobretudo com base em arrecadação.

•Em valores reais, deflacionados pelo IGP-DI da FGV, a RCL oscila entre R$ 49,4 (2006) e R$ 57,8 bilhões, estagnando entre 2013 e 2015; 55% provem de tributos, cujo crescimento anual médio foi de -0,86%; a variação anual média real da RCL foi de -0,37%;

•De 2012 em diante parte das despesas correntes estaduais fica a descoberto;

•Os déficits são crescentes de 2012 em diante, com flagrante descumprimento da meta. Para financiar-se, o ERJ contrata mais Operações de Crédito (no país que possui uma das 5 mais altas taxas de juros reais do mundo;

•De 2012 em diante, o quadro sugere más práticas de gestão; administração temerária e insistência no direcionamento escancarado de déficits financiados por créditos que não possuem hedge em arrecadação presente, nem futura;

•O TCE/RJ alertou sobre o uso de Receitas de Capital em Despesas Correntes e por créditos de longo prazo precisarem ser saldados em governos futuros; assim como para a redução das metas fiscais (2015);

•Enquanto entre 2006 e 2016 a RCL cresce a preços constantes 16,9% a DespesaCL cresce

•O PIB estadual cresceu na média 1,56%, entre 2006 e 2016. Enquanto isso, insista-se, a variação anual média real da RCL foi de -0,37%;

•A RCL modifica-se por conta de alterações contábeis e artifícios, no período, enaltecendo-se os seguintes: retirada das receitas da CEDAE, declarada independente (DOERJ 1/4/09); diminuição das receitas e royalties do petróleo (Ex.: em 2009 foi – 20%); inclusão de depósitos judiciais em 2013 e 2015 como RC; e outras.

•O ICMS diminui em 5,2% e 11,7% nos anos 2015 e 2016, com PIB em depressão inequívoca de - 10,4% e - 8,3%.

•Conforme dados do CEPERJ, teve-se variação anual do PIB do ERJ de 5,1% em 2008; 5,4% em 2009; 3,7% em 2010; 7,96% em 2011 (recorde); 4,55% em 2012; 3,65 em 2013 e 2,6% em 2014. Logo, de 2012 em diante, o PIB cai fortemente. O ano 2012 é um divisor de águas;

•A Dívida Consolidada Líquida – DCL salta de R$ 45 para R$ 107 bilhões, de 2006 para 2016;

–Variação nominal da DCL em 10 anos: 138%. Variação real da DCL: 25,7%.

•Ou seja, contrapondo, fica patente o distúrbio e a tendência inexorável à quebra financeira do ERJ no período: TxV real da RCL = - 0,37% aa =/= + 2,46% TxV real da DCL;

•A Dívida cresce porque: catapulta-se a previsão de RCL no Orçamento anual; subestima-se o IGP-DI no planejamento orçamentário a partir de 2010; superestima-se o preço do petróleo e do gás, assim como as receitas de royalties, após o período de bonança dos anos 2006 a 2011; contrata-se pessoal sem lastro tributário; reajustam-se salários e pensões por conta do "pico do preço do petróleo"; entre 2010 e 2014 a dívida aumenta 30,3 bilhões.

•O planejamento orçamentário "equivocado" crescentemente de 2012 em diante gera um diferencial entre receitas previstas em LOA e as Receitas Efetivas. Culmina-se em 2015 com gigantesco furo de caixa. Superestimam-se receitas, para acomodar despesas. Isso

remete ao contingenciamento de despesas e o poder executivo é sacrificado, uma vez que os duodécimos do legislativo e do judiciário se calculam sobre receitas previstas. Deveria ser receitas efetivas pelo conceito de caixa que realmente entrou, é disponível.

•Conforme a LOA, em 2006 a RLrealizada / RLOA = GRR foi de 97,42%. Perto de 100% considera-se bom, correto, projeção séria. Indicador abaixo de 95% é preocupante. Em 2008 o GRR = 104,2%; em 2011 é 98,6% e a partir desse ano o GRR desce ladeira abaixo, chegando a 64,41% em 2015 e 59,5% em 2016.

•DCL e RCL como relação, são utilizados como parâmetro para a limitação de endividamento; a DCL não pode ser mais do dobro da RCL de um período.

•Com dados da RACG, DCL / RCL no ERJ assim evolui: 2006 foi 172%; 2011 foi 146,1%; 2012 passou a 165,2% (movimento de ascensão a partir desse ano); 197,5% em 2015 e 234,2% em 2016. Isto é, em 2016 o limite e a relação são desrespeitados. Perde-se o controle das contas públicas; a situação torna-se insustentável. Decreta-se a calamidade financeira no ERJ.

•A Arrecadação de impostos, tributos, inclui receitas correntes e de capital. No ERJ, 55% provém de tributos. Eles caem de 2013 em diante realmente.

•Fator que diminuiu a arrecadação no período pode ser a generosa série de renúncias fiscais (normatizada pela LRF; seção II, artigo 14).

•A LOA exige demonstrativo regionalizado dos impactos sobre RCL e DespCor das renúncias pelo elo federativo. (Art. 165, par6o da CFRB/1988).

•Inexiste cálculo projetivo e demonstrativo ex-post das renúncias praticadas. Apontam-se por alguns anos projeções por região no ERJ, com deficiência de dados e informações nas LOA (Vide Souza, 2007; Júnior, 2008; Rabello, 2009; Alencar, 2013; Willeman, 2017; e Casaes, 2017).

•A considerar a fonte apublica.org/2016/11, no documento intitulado Empresas beneficiadas pela renúncia fiscal do Rio, tem-se que:

–1) Em oito anos, estima-se que houve Renúncia Fiscal de R$ 29 bilhões ;

–2) 100 empresas retiveram em seu caixa esses R$ 29 bilhões;

–3) Esse valor, mesmo que para período passado mais extenso, corresponde aos R$ 28 bilhões previstos originalmente de aumento de receita em 2017 e 2018 com as 18 medidas de austeridade anunciadas – claro está, a comparabilidade dos valores é posta em cheque.

•A LOA de 2016 informa valores de renúncia por segmento econômico e Relatório do TCE/RJ e da SEFAZ/RJ apontam renúncia efetiva de R$ 9,76 bilhões. Isto é, sem renúncia o tamanho do rombo fiscal seria 1/3 menor, aproximadamente, em 2017.

•Medidas de ajuste fiscal foram desconsideradas, para priorizar a vitória PMDBista em 2014, que ocorreu de fato, de forma que isso tornou acentuado o diferencial entre receitas realizadas e previstas na LOA e despesas totais fixas.

–Receitas foram superestimadas na LOA;

–Despesas foram subavaliadas;

–Isto provocou o contingenciamento de gastos para ajuste às receitas; um diferencial entre orçamento planejado e execução financeira;

repasse de duodécimos aos poderes Judiciário e Legislativo, com prejuízo do orçamento no Executivo;

–Como conseqüência, a execução do Planejamento Plurianual (PPA) coerente com a capacidade de autofinanciamento estadual foi destruída, desmoralizada, e o processo decisório sem caixa caotiza a governança pública estadual de forma sem precedentes.;

–Propostas de solução variadas, umas corretas e outras incoerentes (feitas para fazer passar as mais valiosas, que recaem em peso sobre o bolso da população fluminense, o empresariado privado e os servidores públicos do Estado) são apresentadas como solução de um macroproblema de governança, de ética e azar moral, de fatores externos como o preço do petróleo (a responsabilidade não é dos projetistas governantes e sim de variáveis exógenas incontroláveis – a justificativa de sempre).

•A criação do "pacote de austeridade" a 3 de novembro de 2016 parte do princípio de que, sem medidas, o rombo previsível em dezembro 2018 chegaria a R$ 52 bilhões. Com as medidas, a Receita de 2017 e 2018 aumentaria 28 bilhões.

•A acentuar: o déficit de caixa efetivo e real persistirá, logo as medidas são insuficientes.

•Oficializa-se a dependência financeira do ERJ junto à União e ao sistema bancário.

•Propõe-se a penosa e difícil aprovação pela ALERJ, no Executivo, de 18 medidas. Seu teor é o mais variado possível, com limitado grau de coerência e mínimo efeito estrutural para reativar a economia fluminense no longo prazo, com sustentabilidade.

Em face do Diagnóstico Financeiro objetivo e direto ao ponto realizado anteriormente, como enfrentar o desafio do Reequilíbrio das Finanças do Estado do Rio de Janeiro

•Inexistem soluções miraculosas e de curto prazo. O que se criou corresponde a uma desestruturação financeira de grande monta, cujos efeitos se fazem sentir anos a fio.

•O assunto se torna difícil e melindroso, na medida em que mudanças efetivas dependem da vontade política e da capacidade moral e ética dos detentores de poder. Se os atuais titulares dos poderes executivo e legislativo mantiverem as condutas financeiras atuais, as negociações de renúncias com transparência limitada, as estruturas, os sistemas, os controles financeiros, as auditorias e as equipes vigentes, haja vista o sério problema de azar moral que sobre eles recai, a sociedade, o empresariado isento, os contribuintes e em suma, a comunidade fluminense criarão poucas esperanças para que de fato o0 sistema se altere.

•A esperança recai sobre as decisões das eleições a sucederem no ano 2018. Quem vencer como candidato a governador e o grupo que for eleito terá uma possibilidade de mudar equipes, pessoas, estruturas, órgãos públicos, regulamentos, controles, auditorias, formas de autorização de pagamento a fornecedores, formas de licitação e aprovação de projetos e contratos, de qualificar e abrir as informações e os bancos de dados financeiros-econômicos, entre outras atividades.

•Isto implica em fomentar e instituir um Plano Estratégico de Governança Pública e do ERJ

digno do nome (PE), que seja implementado de fato. Até o presente, os PE são frágeis tecnicamente, compêndios de projetos sem detalhamento financeiro nem relações de custo / benefício maiores, a girar e serem feitos por grupos pequenos, nem sempre de especialistas. Carecem os PE de envolvimento e comprometimento por amplas equipes transversais de trabalho. São frequentemente apenas uma praxe a cumprir, burocrática, sem empenho para melhor desempenho. O Planejamento em certos círculos é visto com desdém, o que não empodera seu titular e implantador a realizar real politics. Ademais, precisa de regulamentação, o que ante a União e ALERJ fica lento.

•É premente e necessário sair do improviso e do amadorismo arrogante. Bom exemplo de como não fazer um processo de reequilíbrio das finanças estaduais foi fornecido pelo "Plano de Austeridade", a seguir analisado (PA). Careceu ele de vínculos maiores, mais profundos e ajustados, com medidas, pacotes e regulamentos interconectados e matriciais, que se efetivam para as grandes metas econômico-financeiras-sociais de uma unidade federativa. Esse PA mescla temas diversificados desordenadamente com fraquezas. Penaliza sobremaneira os servidores públicos, o combalido empresariado fluminense e os depauperados consumidores (população como um todo). Seus vínculos com o PE aplicado não foram até o momento esclarecidos. Logo, foi e é objeto de renegociação e rejeição, o que afeta ainda mais o reequilíbrio financeiro a ser reconquistado.

Os fatores críticos de sucesso para que realmente suceda um reequilíbrio estável

• Dispor de meios e recursos, além de equipe de trabalho que esteja interessada e comprometida com os interesses superiores do ERJ e defina os macroeixos do modelo de desenvolvimento e sustentabilidade política;
• Conseguir um acordo estável duradouro dos três poderes locais e da classe política;
•Obter o apoio da União, para dispor de meios econômico-financeiros que permitam a implantação e execução de medidas profundas, significativas de impacto profundo e duradouro;
• Confrontar-se com o azar moral e minimizá-lo;
•Capacitar-se para uma nova era de planejamento, com a reestruturação estadual, ante discussão do que remanesce do sistema tradicional em face da modernidade que requer reformas;
• Desenhar um sistema econômico, empresarial, jurídico e produtivo estadual que ante a estrutura institucional e ao sistema tributário venha a gerar mais estabilidade; mais eficiência; mais qualidade e mais investimentos no ERJ;
•Evitar a erosão das bases fiscais do futuro;
•Evitar a quebra sistemática da cadeia de produção e de suprimento do ERJ, que destrói seu PIB;
•Dispor de uma equipe de financistas que realmente entenda de Reengenharia e Engenharia Financeira Pública e Privada, a favor do ERJ. Isto é, Banking Avançado.

Para uma visão mais completa do estudo, acesse:
www.ibci.com.br/textos_quentes

** Professor e PhD. Coordenador do Programa de Estudos dos Estados e Municípios da EBAPE - FGV.*
Professor Titular de Economia e Administração Pública e de Empresas. Assessor da Presidência - FGV. CEO da IBCI .
Economista-Chefe do SECIF.

www.pwc.com.br/imperativos-negocios

mcgarrybowen

O mundo pede novas leituras.

As rápidas transformações do mundo geram novos e grandes desafios. É por isso que nós, da PwC, ajudamos nossos clientes a enfrentá-los para que permaneçam como líderes em seus setores, identificando as oportunidades no ambiente de negócios. Com uma visão integrada, compartilhamos tendências e traçamos caminhos em parceria. Assim, desenvolvemos e implementamos soluções mais criativas, eficientes e inovadoras, que vão da estratégia à execução. Acreditamos que a melhor forma para fazer com que nossos clientes sejam ainda mais bem-sucedidos é levar a eles novas leituras sobre os seus negócios.

Baixe gratuitamente o aplicativo PwC BR na App Store.

PwC Brasil
@PwCBrasil
@pwcbrasil
PwC Brasil
PwCBrasil
PwC Brasil

pwc

© 2018 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Proibida a distribuição sem a prévia autorização da PwC. O termo "PwC" refere-se à PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. de firmas membro da PricewaterhouseCoopers, ou conforme o contexto determina, a cada uma das firmas membro participantes da rede da PwC. Cada firma membro da rede constitui uma pessoa jurídica separada e independente. Para mais detalhes acerca do network PwC, acesse: www.pwc.com/structure

“Em 2017 plantamos as sementes para transformar o turismo em um dos principais pilares da economia brasileira”, afirma Marx Beltrão

Em entrevista de balanço, ministro fala sobre conquistas e principais desafios para 2018 quando o MTur comemora 15 anos

Aprovação do trabalho intermitente, implantação do visto eletrônico, regularização da lei da gorjeta, reativação das Câmaras Temáticas do Conselho Nacional e ampliação do diálogo com o Congresso Nacional e setor produtivo. Essas foram as principais conquistas elencadas pelo ministro Marx Beltrão no ano de 2017. À frente do Ministério do Turismo há pouco mais de 14 meses, Beltrão ressaltou o esforço que vem sendo realizado junto aos parlamentares para aprovação das medidas do Plano Brasil + Turismo que tramitam no Congresso. Confira a entrevista completa concedida à Agência de Notícias do Turismo (ANT) a seguir:

ANT: Este ano foi marcado pelo lançamento do Plano Brasil + Turismo. O senhor pode falar da expectativa sobre a aprovação das medidas no Congresso e o impacto que elas poderão trazer para o setor?

MB: O lançamento do Plano Brasil + Turismo foi uma grande conquista para o nosso setor. Nele, estão elencadas medidas imprescindíveis e urgentes para aumentar o fluxo doméstico e internacional de turistas, modernizar a legislação, criar oportunidades de negócios, estimular a geração de emprego e renda, e tornar nossos

"É importante que as pessoas percebam que a melhoria da infraestrutura turística significa mais qualidade na experiência do turista, além de impulsionar o surgimento de novos empreendimentos como hospedagem, alimentação e lazer."

produtos e serviços mais competitivos. Algumas medidas já entraram em vigor, como a implantação do visto eletrônico, o reforço na qualificação profissional, a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro e o acordo com a ANTT. Porém, temos importantes iniciativas – como a reformulação do modelo de gestão da Embratur, a modernização da Lei Geral do Turismo, e a abertura de capital das empresas aéreas -, que ainda dependem de aprovação do Congresso Nacional.

Acredito que em 2017 plantamos as sementes que colheremos nos próximos anos. Tenho certeza que esse conjunto de medidas tem tudo para transformar, em definitivo, o turismo em um dos principais pilares da economia brasileira.

ANT: O Ministério do Turismo tem, historicamente, um dos menores orçamentos da Esplanada. Como driblar a falta de recursos e conseguir dar andamento às políticas e projetos da Pasta?

MB: Quando assumi o Ministério do Turismo, identifiquei que o orçamento não era adequado aos desafios e à capacidade da Pasta de gerar emprego e renda ao país. Isso por que o turismo nunca tinha sido encarado como uma atividade econômica, ao contrário de países como Portugal, Espanha e França, por exemplo. Nesse sentido, trabalhei junto ao Governo Federal para atrair mais recursos para nosso setor e, como resultado, conseguimos fazer importantes entregas em 2017. Estou certo de que o poder público tem um limite, e por isso sou amplamente a favor de um diálogo com a iniciativa privada. Acredito que nosso papel como governo é melhorar o ambiente de negócios para que os empresários possam investir em nosso país e gerar emprego para nosso povo. Essa aliança é fundamental para transformarmos o Brasil em um dos principais destinos turísticos do mundo.

ANT: Recentemente foi feito um balanço no número de obras entregues pelo Ministério do Turismo em 2017. O senhor acredita que os investimentos em infraestrutura podem elevar o potencial dos destinos para receber turistas?

MB: Não tenho dúvidas. Entregamos 993 obras de infraestrutura este ano. São intervenções que vão desde o asfaltamento de estradas que ligam destinos turísticos a grandes centros, construção de centros de eventos, museus, casas de artesanato, pontes, instalação de sinalização turística, entre outros. Essas obras são fundamentais para o desenvolvimento regional e foram responsáveis pela geração de emprego e renda para a população.

É importante que as pessoas percebam que a melhoria da infraestrutura turística significa mais qualidade na experiência do turista, além de impulsionar o surgimento de novos empreendimentos como hospedagem, alimentação e lazer.

ANT: Em 2018, o Ministério do Turismo irá completar 15 anos. Qual o balanço que faz período e os principais desafios a serem encarados no futuro?

MB: Este jovem ministério, um dos mais recentes da Esplanada, reúne números importantes que devem ser citados aqui. Hoje, o turismo emprega cerca de 7 milhões de brasileiros e representa 8,5% do PIB direto e indireto do país, porém nosso potencial é muito maior. Somente o setor de bares e restaurantes, por exemplo, espera criar novos 2 milhões de empregos nos próximos anos. Outro segmento que já aponta um crescimento de 15% para a próxima temporada é o dos cruzeiros marítimos.

Acredito que nosso principal desafio é aprovar o PL em tramitação no Congresso Nacional que envolve a reformulação da Embratur, a abertura de capital das aéreas e a modernização da Lei Geral do Turismo. Feito isso, o turismo irá entrar no centro da agenda econômica do país e poderá gerar ainda mais empregos para os brasileiros.

Pontos de atenção na preparação de demonstrações financeiras

*Claudio Camargo**

Apesar se termos adotado as IFRS no Brasil há nove anos, os desafios para aprimoramento das divulgações das demonstrações financeiras continuam. Em 2017, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 17 – Contratos de Seguros, com vigência a partir de 2021. Em 2018, passam a vigorar os pronunciamentos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9).

A EY divulgou no início de janeiro o Good Group, publicação que cobre amplamente a atualização de pronunciamentos contábeis emitidos até 15 de novembro de 2017. Com base nos resultados de uma empresa fictícia, o livro apresenta exemplos práticos de demonstrações financeiras, notas explicativas e referências para os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que visam demonstrar de maneira bastante compreensível os requisitos das práticas contábeis brasileiras e internacionais.

O objetivo da publicação Good Group é que as empresas tenham em mãos exemplos de conteúdos e formatos de demonstrações financeiras e, a partir desses modelos, elaborarem suas próprias demonstrações, adaptando-as da melhor maneira às situações de seus negócios. Por meio da publicação, as companhias do país podem ganhar em agilidade e transparência na divulgação das informações, já que são obrigadas a reportar de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, e não seguindo diretamente o padrão internacional. O Good Group pode ser acessado no endereço www.ey.com.br/goodgroup.

Em adição aos exemplos de divulgação incluídos na publicação, entendemos que, na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os seguintes tópicos merecem especial atenção dos profissionais das áreas financeira e contábil:

- Divulgação clara das premissas de análise de impairment (recuperação) de ativos conforme requerimentos do CPC 01.

- Em caso de existência de fatores de incerteza quanto à continuidade operacional da empresa, isso deve estar claramente divulgado em nota explicativa.

- Atenção deve ser dada à divulgação de incertezas advindas de processos judiciais, provisão para desmantelamento, benefícios pós-emprego e outros. O usuário das demonstrações financeiras deve ter informações sobre natureza da incerteza, sensibilidade das premissas, solução esperada e explicação de alterações nos pressupostos, caso a incerteza seja de longo prazo e não resolvida há muito tempo.

- Na preparação do Formulário de Referência, as eventuais deficiências apontadas pelo auditor independente em relatório de recomendações devem ser consideradas para divulgação na seção de controles internos.

- Atentar para a divulgação dos efeitos qualitativos e quantitativos da adoção do IFRS 15 (CPC 47), IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 16 (CPC 06 R2) em nota explicativa.

- No caso de existência de Combinações de Negócios, atentar que o prazo de 1 ano para refinamento do PPA (Purchase Price Allocation) é para pequenos ajustes de cálculo, considerando eventuais fatos não conhecidos na época da transação. As empresas não devem considerar tal prazo para preparar o PPA.

- Atentar para a correta classificação dos títulos de tesouro mantidos pela empresa como caixa e equivalentes de caixa, ou como aplicação financeira (dependendo da liquidez dos ativos mantidos).

Saiba mais: www.ey.com.br/goodgroup

** Sócio-líder de Auditoria da EY no Brasil.*

© 2018 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

Você está pronto para a Era da Transformação?

ey.com.br/digital

Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta.
E melhor se torna o mundo de negócios.

EY
Building a better working world

São Paulo, Rio de Janeiro e Recife ganham máquina que recicla garrafas de vidros

Aparelhos que dão crédito ao consumidor foram instalados em fábricas da Owens Illinois

Uma máquina que recebe garrafas de vidro usadas e em troca dá descontos em contas de luz, passagens de ônibus ou livrarias. Assim funciona o novo modelo da Retorna Machine, uma solução tecnológica que incentiva atitude sustentável e recompensa o cidadão pela colaboração com a logística reversa. O equipamento criado pela Triciclo foi pensado em conjunto com a Owens Illinois (O-I), líder mundial na fabricação de embalagens de vidro, e implantado nas três fábricas e no escritório matriz da empresa no Brasil.

Ao todo, são quatro máquinas distribuídas em São Paulo (2), Rio de Janeiro (1) e Recife (1), sendo que a Retorna Machine da matriz, na zona oeste da capital paulista, está aberta ao público e as demais, por enquanto, estão restritas aos colaboradores e visitantes da empresa. O sistema de recompensa funciona como um programa de fidelidade. Na medida em que o consumidor adquire pontos pelas garrafas depositadas, pode trocá-los por dedução em contas de luz da AES Eletropaulo, crédito no Bilhete Único ou transferência de pontos para o programa de fidelidade da livraria Saraiva.

A Triciclo já trabalhava com o sistema de recompensa ao consumidor, porém, as máquinas eram programadas para receber garrafas PET, latas de alumínio e embalagens cartonadas. “Sempre tivemos vontade de favorecer a logística reversa também para o vidro, mas o processo de depósito e recolhimento desse material é diferente dos demais. Precisávamos de um parceiro com entendimento do setor para nos ajudar e a O-I viabilizou isso”, diz Felipe Cury, sócio fundador da empresa.

Já a gigante de embalagens busca soluções para viabilizar a logística reversa e formas criativas para estimular o consumidor a separar os materiais recicláveis. “Um dos entraves para a reciclagem do vidro no Brasil é a logística de transporte das embalagens e a correta separação do vidro para que ele não se misture com outros materiais o que dificulta o uso dos cacos na produção de novas embalagens. A Retorna Machine é uma solução acessível que mostra ao consumidor a importância da separação do vidro e o estimula a reciclar”, diz Reinaldo Kühl, gerente da categoria Foods & NAB da O-I na América Latina da O-I no Brasil.

O objetivo das duas empresas é ampliar o número de máquinas disponíveis no País. “Desde que a Retorna Machine passou a funcionar no prédio da O-I, notamos uma crescente procura do público para a entrega de garrafas. Em 2 meses de funcionamento, foram 870 Kg”, conta Kühl.

Um dos diferenciais da Retorna Machine que recolhe vidro é que ela conta com uma tecnologia diferenciada para evitar que o vidro quebre ao ser depositado na máquina. Isso permite que as garrafas continuem intactas depois do depósito e que, no futuro, o equipamento receba também garrafas retornáveis.

Para começar a pontuar e receber os créditos, o consumidor deve acessar o site www.triciclo.eco.br, fazer o cadastro gratuito e depois depositar as garrafas, sempre que quiser. A cada 100 pontos Triciclo (o que pode equivaler a 10 garrafas, dependendo do tipo), o consumidor pode retirar R$ 0,35 centavos em crédito do Bilhete Único ou R$ 0,27 centavos de abatimento em contas de energia elétrica da Eletropaulo ou ainda obter 20 pontos no programa SaraivaPlus. A Retorna Machine disponível ao público fica no primeiro subsolo do complexo comercial em frente ao shopping West Plaza, na Av. Francisco Matarazo, 1350, Água Branca, São Paulo (SP).

Como as eleições, a reforma da previdência e a macroeconomia mundial vão impactar a Bolsa de Valores em 2018

*Pedro Henrique Rabelo**

Investidores e pessoas que pensam em operar na bolsa de valores conviverão com incertezas em 2018. Geralmente, a cada início de ano, analistas financeiros apontam quais os cenários mais assertivos para investimento. Mas, segundo Pedro Henrique Rabelo, CEO da WM Manhattan, fatores como as eleições presidenciais, a reforma da previdência e o comportamento da macroeconomia mundial terão peso ainda maior na bolsa no ano que está para chegar.

"Uma pesquisa apontando crescimento de um ou de outro candidato pode mudar o humor do mercado e, por conseguinte, prejudicar um investimento em ações uma ação de prazo maior. Por isso, as melhores oportunidades estão no *daytrade* (abertura e fechamento de posição dentro do mesmo dia). É melhor ter cautela e manter a maior parte do capital protegido com exposições curtas e pontuais em renda variável", analisa Pedro H Rabelo.

Sobre a reforma da previdência, o especialista lembra que – nos últimos meses – o mercado de dólar e bolsa de valores mostrou sensibilidade quanto ao tema. "A cada notícia de aprovação, via-se alta na bolsa e desvalorização do dólar. Definida a votação para o ano que vem, o dólar subiu e a bolsa perdeu fôlego. A não aprovação envia um sinal de alerta ao mercado financeiro de que o Brasil pode não ter condições de respeitar o limite de gastos, o que aumenta o risco de investimento no país. A repercussão pode ser negativa, com possibilidade de corte pelas agências classificadoras de risco", revela Pedro.

A macroeconomia mundial também é ponto a ser analisado. De acordo com Rabelo, a economia americana está demonstrando fôlego. "Os baixos níveis de desemprego, a confiança da indústria e consumidores em alta e o massivo corte de impostos para cidadãos e empresas indicam que o fluxo de capital estrangeiro saia de países emergentes (como o Brasil) e pouse nos EUA em busca de segurança", avalia.

Sobre o fôlego de crescimento da China, Rabelo lembra que inúmeras empresas listadas na bolsa brasileira exportam produtos e serviços para a China. Por isso, uma possível desaceleração pode trazer impactos. "Movimentos como esse geram a valorização do dólar ante o real e acarretam na desvalorização do índice Ibovespa".

Outros pontos de atenção para investidores, segundo Pedro Rabelo:

Criptomoedas

Se formos analisar o Bitcoin, a criptomoeda da moda, seria hipocrisia dizer que é um mau investimento após valorização de 1.800% em 2017. Mas, se lembrarmos que é um mercado em que boa parte dos detentores dos ativos são inexperientes, há alto risco de investimento. Além disso, não sabemos quando e se virá uma regulamentação. Caso ocorra poderemos ter uma venda em massa, gerando um efeito manada, que pode acarretar numa desvalorização enorme do ativo. Mas não há dúvidas que elas farão parte da vida de todos em um futuro bem próximo.

Diversificar ou escolher segmento para operar na bolsa

Devem-se balancear os investimentos a fim de obter uma rentabilidade crescente e constante. Conciliar renda fixa com renda variável é sempre a opção mais adequada. Para isto, além dos convencionais CDB's e LCA's, na renda fixa, existem outros produtos como a Letra de Cambio e Debêntures que proporcionam uma rentabilidade melhor.

Horários mais apropriados para operar na bolsa

O fluxo de capital varia ao longo do dia, fazendo com que o operador/investidor tenha que identificar qual o melhor horário para executar sua estratégia. Um operador de dólar, por exemplo, verá mais fluxo durante a manhã. Já um operador de bolsa pode preferir aguardar a abertura do mercado americano. É muito importante conhecer o mercado e o ativo que pretende atuar.

Existem ações de baixo risco na bolsa

Empresas sólidas, com forte geração de caixa, geralmente carregam menor risco. No entanto, no mercado financeiro, não há somente o risco da empresa; existem riscos do mercado e político, por exemplo, que são riscos sistêmicos, os quais extrapolam a capacidade da empresa de gerar lucro para os acionistas. Os derivativos são instrumentos que mitigam os riscos. No entanto, é preciso que o investidor se informe bem ou procure ajuda especializada para não fazer apostas.

Ações na bolsa mais assertivas, com menor chance de perda

No mercado financeiro, o risco sempre está associado ao potencial de retorno. Obviamente, algumas ações são mais estáveis, oscilam menos, evitando chances de ganhos ou perdas significativas. Acreditamos, para 2018, que as ações de empresas voltadas para a prestação de serviços, podem se destacar num ano de recuperação econômica, com a Localiza por exemplo, que tem uma fortíssima geração de caixa e trabalha com um custo de capital bem justo. Este ano estamos acreditando muito na recuperação do mercado interno.

** CEO da WM Manhattan.*

Conciliar para desburocratizar o serviço público

*Janaína Lima**

Há no Brasil um intensivo movimento de judicialização dos mais variados temas. São milhões de processos que se acumulam em todas as cortes do país, muitas vezes ignorando as práticas mais eficazes e simples para a solução de litígios: a conciliação e a mediação. De acordo com o levantamento mais recente do Conselho Nacional de Justiça, havia 79,7 milhões de processos em tramitação ao final de 2016. Apenas 12% dessas ações resultaram em acordos.

Processos judiciais são, em geral, custosos e demorados. Quando envolvem o poder público, o problema é potencializado. Essa situação colabora para a manutenção de dois grandes gargalos do Brasil: a burocracia e a baixa eficiência nos gastos públicos.

A dívida de precatórios de São Paulo ultrapassa os R$ 18 bilhões, o que compromete significativamente o orçamento do município. Além do número alto de processos, a dívida é alavancada por juros aplicados durante a tramitação na Justiça. Na outra ponta, o cidadão que tem um valor pequeno para receber do Estado espera anos para executar essa dívida.

Esse diagnóstico exige mudanças para que a resolução de litígios seja agilizada, favorecendo todos os lados. Por esse motivo, elaborei o Projeto de Lei 472/2017. Ele permitirá que procuradores do município realizem acordos para prevenir ou terminar litígios judiciais.

O PL é uma inovação para São Paulo, pois há na cidade um limbo jurídico. A legislação federal permite que agentes públicos do Executivo realizem mediação como forma de prevenir litígios. No entanto, a falta de uma regulamentação municipal impede que os procuradores da cidade exerçam essa atividade.

Não é razoável que uma pessoa passe anos entre idas e vindas a fóruns, gerando custos processuais para ambos os lados, por causa de ações de baixo valor, como nos casos em que um munícipe tem um pneu furado por um buraco ou avaria em um muro pela queda de uma árvore, por exemplo. E é justamente essa situação que a minha proposta de lei irá mudar.

Os procuradores poderão se dedicar a processos mais complexos, de valores mais altos, e que demandam estudos mais extensos, enquanto causas simples deixarão de entrar na fila. Portanto, também o trabalho dos procuradores municipais ganhará em eficiência.

Em resumo, ao menos três situações resultarão na queda dos gastos públicos: os acordos costumam resultar no pagamento de valores menores do que aqueles oriundos de condenações judiciais; a celeridade no recebimento pelo autor reduz o pagamento de juros; haverá otimização do trabalho dos procuradores em causas com maior chance de êxito e com valores mais elevados.

O projeto foi aprovado em primeira votação no último dia 12 de dezembro e espero que a prática seja adotada já a partir do primeiro semestre do ano que vem. A cidade de São Paulo precisa disso!

** Vereadora da cidade de São Paulo pelo Partido Novo.*

Especialista enumera os três passos para uma vida financeira saudável em 2018

Anotar todos os gastos e recebimentos é o principal para não passar o ano no vermelho.

Estar endividado é algo que faz muita gente perder o sono. Para equilibrar o orçamento e passar 2018 com a conta no azul, é preciso abrir os olhos e aprender a fazer um efetivo controle de gastos. Mas por onde começar? O contador Luiz Antonio Leal, do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), enumera três passos importantes: planejamento, execução e controle. Ele explica o passo a passo para iniciar o método já a partir de janeiro e passar o ano sem dor de cabeça.

"Tudo gira em torno do orçamento, mas não é assim tão fácil para uma pessoa que não tem o hábito de fazer um planejamento orçamentário, começar a fazer de uma hora pra outra. Tem todo o processo da pessoa ir se acostumando, mês a mês. É realmente uma mudança de cultura", explica o conselheiro do CRCRJ.

Obter o equilíbrio financeiro remete a alguns hábitos. É muito comum as pessoas conduzirem suas finanças só de cabeça. Esse processo é chamado de contabilidade mental. O desenvolvedor dessa teoria, o norte-americano Richard H. Thaler, de 72 anos, recebeu, inclusive, o Prêmio Nobel de Economia 2017 por ter desenvolvido a tese que explica como as pessoas tomam decisões econômicas, às vezes, rejeitando a racionalidade.

"Nossa natureza é gastar, é ser emocional, mas isso só passa a ser efetivamente um problema quando a cultura do 'eu mereço' fala mais alto e o tempo todo. É preciso combater esse comportamento, colocando os gastos no papel ou em uma planilha", pontua Leal.

De acordo com o contador, o primeiro passo para o controle financeiro é o planejamento dos gastos, mas para uma pessoa que não tem o hábito de controlar os valores que entram e saem de sua conta, seria preciso inverter a ordem do passo a passo. A primeira etapa então passa a ser a da execução, que é anotar tudo. A sugestão do profissional é que o indivíduo primeiro se acostume com as anotações de gastos e recebimentos, para só então montar um demonstrativo que chamamos de mês típico. Por exemplo, o indivíduo foi almoçar e gastou R$ 30,00. Ele então anota em um papel ou em uma planilha o valor e como foi pago, se foi dinheiro, cartão de credito, débito ou vale refeição.

A partir daí, se entra no segundo passo, que é o planejamento. Para projetar a semana ou o mês seguinte, é preciso projetar quantas vezes irá almoçar em restaurantes, quantas vezes irá gastar R$ 30,00 ou mais nas refeição. Dessa forma a pessoa pode verificar se está gastando mais do que o dinheiro que entra em sua conta bancária; vai se acostumando com a sua realidade financeira e começa a traçar um planejamento financeiro baseado nela. Primeiro se planeja os gastos da semana, depois do mês e do ano.

Uma outra forma típica de planejar o mês seria consultando as contas do mesmo período do ano anterior. No primeiro trimestre do ano, por exemplo, há gastos diferenciados – como IPTU, IPVA, material escolar, férias – que não ocorrem em outros meses, como em maio. Com base nessa informação, já se sabe que é preciso ter uma reserva extra para cobrir os gastos desse período, além de não incorrer em novas dívidas.

O terceiro passo é o controle, que é conferir se os valores projetados para determinado período realmente aconteceram como planejado. Por exemplo, ao final do mês, o indivíduo constatou que o gasto previsto para o IPTU foi de R$ 700, mas o valor pago foi de R$ 750. Houve um gasto excedente de R$ 50, mas em compensação gastou-se R$ 80 reais a menos com gasolina. A economia com combustível ajudou a pagar o excesso do IPTU e dessa forma o orçamento não entrou no vermelho.

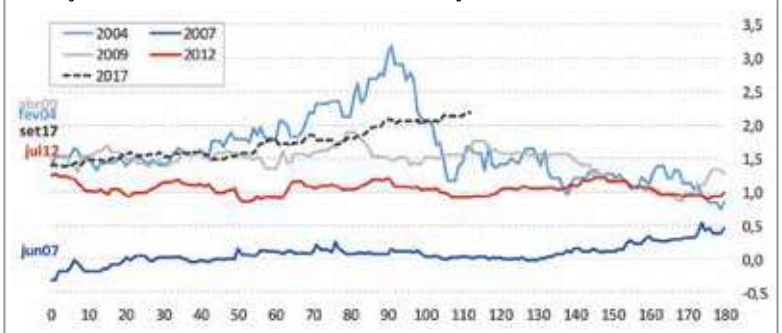
"As coisas vão sendo conduzidas com o tempo. É normal que alguém que não esteja habituado a fazer orçamento esqueça de anotar algumas coisas no começo. Mas é importante não desistir se algo fugir ao controle. Se for constatado que se está gastando mais do que ganhando, a primeira providência é entender o porquê desse gasto excedente e estabilizar isso, cortando despesas supérfluas. Depois é preciso entrar no processo dos três passos novamente. Ao longo do tempo as coisas vão entrando nos trilhos e melhorando", conclui o representante do CRCRJ.

A inclinação da curva de juros no Brasil

*Fernando Honorato Barbosa**

A curva de juros no Brasil tem mantido uma inclinação positiva, isto é, as taxas de prazos mais longos estão mais elevadas do que as taxas de prazos mais curtos. Quando se faz uma simples estatística descritiva desse fenômeno, nota-se que a inclinação está acima da média histórica1 e do nível crítico de dois desvios-padrão. Há quatro explicações possíveis para esse fenômeno: (1) percepção de erro de política monetária, que. ao praticar juros excessivamente baixos eleva o prêmio futuro de inflação; (2) incertezas a respeito da solvência fiscal de médio prazo do país, o que eleva o custo de financiamento de prazos mais longos; (3) resposta padrão da curva à proximidade do fim do ciclo de afrouxamento monetário em um contexto de incerteza quanto ao novo nível de equilíbrio do juro neutro; e (4) influência de fatores globais na curva local. Dependendo do diagnóstico para tal inclinação, é possível inferir conclusões distintas tanto para a condução futura da política monetária como para os efeitos sobre a atividade econômica dos juros longos estarem mais elevados do que os dos juros curtos.

INCLINAÇÃO NO FINAL DOS CICLOS DE CORTE DE JUROS - DIFERENÇA ENTRE AS TAXAS PRÉ DE 5 ANOS E A SELIC



Fonte: Anbima/ Bradesco

Uma primeira observação é que, em situações normais, um país deve apresentar uma curva de juros positivamente inclinada. Isso porque é natural esperar que se pague um prêmio ao abrir mão da liquidez e se aplicar em taxas de juros mais longas. Além disso, à medida que o horizonte se alonga, as incertezas, de todas as naturezas (locais e externas), se ampliam e a dispersão das expectativas quanto à taxa futuras de juros aumenta, tornando a curva mais inclinada. No Brasil, isso nem sempre ocorreu, pois o país vem passando por um longo processo de convergência dos juros para patamares mais baixos e, com isso, houve inúmeros períodos de inclinação negativa, situação na qual os juros longos são mais baixos do que os juros curtos. Trata-se de uma exceção. Com a taxa Selic em seu menor nível histórico, cabe investigar qual informação está contida na atual inclinação da taxa de juros.

Em primeiro lugar, a avaliação de que a inclinação possa ser reflexo de um erro de política monetária não encontra respaldo nos dados de expectativa de inflação. Tanto a inflação corrente como as expectativas ou mesmo os modelos do Banco Central indicam que a política monetária apropriada não é diferente da que vem sendo praticada. Até onde se tem expectativas de inflação – e mesmo as dos contratos de inflação implícita do mercado –, estas indicam variações muito próximas das do centro da meta até 2020, sob a hipótese de taxa Selic ao redor de 8,0% no caso do Focus. Quanto à inflação implícita, o que se nota é que o desvio em relação à meta é hoje muito menor do que foi no passado em momentos com inclinação até mesmo menor. Logo, a inclinação não resulta da percepção de imprudência do Banco Central. O tamanho da ociosidade da economia, a inflação dos itens sensíveis à política monetária e a velocidade de recuperação do PIB indicam ser muito improvável vermos uma surpresa inflacionária nos próximos meses.

Os fatores globais também cumprem um papel importante nessa inclinação da taxa de juros local. O que se observa em vários países do mundo é uma expectativa de alta de juros básicos. A inclinação de prazos mais curtos tem se elevado bastante em muitos casos2, mas tal movimento é particularmente verdadeiro nos EUA, o que acaba por produzir algum efeito nos demais países.

Se é relativamente simples descartar a primeira hipótese e caracterizar a segunda, é bem mais difícil isolar os demais efeitos sobre a inclinação da curva de juros. Quando se compara a atual inclinação com episódios passados de afrouxamento monetário, conclui-se que o atual nível não é muito diferente3 dos demais para as inclinações mais curtas, e um pouco mais acentuado para as inclinações mais longas. Essa observação é compatível com a tese de um comportamento razoavelmente padrão para o que temos visto. Essa é nossa principal hipótese. Como se pode ob-

servar no gráfico a seguir, sempre que o Banco Central estava próximo do final do ciclo de queda dos juros, as taxas mais longas passaram a se inclinar mais fortemente. Mesmo quando comparado com o ciclo de distensão de 2011, quando os agentes apostaram na convergência de juros do Brasil, a atual inclinação não chama particular atenção. Naquela época, os fundamentos fiscais ainda autorizavam a aposta, mas a falta de ociosidade na economia e o PIB potencial em desaceleração mostravam claramente que se tratava de uma estratégia insustentável. A experiência de 2011 provavelmente cobra um prêmio, hoje em dia, em termos da inclinação, ao gerar dúvidas quanto à capacidade do país de sustentar juros em níveis tão baixos por tanto tempo.

Temos aqui, portanto, uma contradição: se não há dúvidas quanto à condução da política monetária pelo Banco Central, uma vez que as expectativas estão ancoradas, como pode existir incerteza em relação ao juro neutro de médio prazo? A resposta intuitiva é que de fato há muita incerteza a respeito do nível do juro neutro e a experiência brasileira mostra que os modelos, incluindo os do Banco Central, tendem a subestimar a inflação e, portanto, o juro necessário para fazê-la convergir para a meta. De fato, as incertezas fiscais e sobre o PIB potencial são, hoje, maiores do que no passado. Esses fatores certamente cumprem um papel importante para a manutenção da curva bastante inclinada. Mesmo com um Banco Central comprometido com a meta, com modelos semelhantes aos do mercado, que indicam juros neutros nominais ao redor de 8,0%, se as reformas fiscais não avançarem, não será possível manter a inflação baixa por um período longo, até mesmo porque a taxa de investimento da economia – e o PIB potencial, consequentemente – não irão se elevar. Por isso, é muito provável que essa incerteza persista por mais tempo do que o normal, enquanto não houver grande convicção em relação à solvência fiscal de médio prazo. A perda do grau de investimento e a menor participação de estrangeiros na dívida pública também cumprem um papel nessa inclinação de juros. Caso se descubra, com o tempo, que os juros estruturais cederam e as hipóteses de juro, hoje, para convergência da inflação à meta se mostrarem verdadeiras, a inclinação certamente diminuirá, mas esse tende a ser um processo de descoberta com o tempo.

Uma forma mais rigorosa de ilustrar o que estamos descrevendo é observar que os modelos que explicam a inclinação da curva de juros estão subestimando-a por conta de fatores não tradicionais. Quando se controla a inclinação dos juros a partir de uma certa expectativa de juro neutro, do risco país, dos juros globais e das expectativas de inflação, nota-se um razoável grau de acurácia da projeção, exceto para o período mais recente. Isso é um indício de que a inclinação, hoje, está respondendo muito mais às incertezas quanto à continuidade da agenda de reformas fiscais que viabilizem a solvência de médio prazo do que propriamente aos fatores aqui controlados e à operação do regime de metas de inflação.

Se uma razão importante para a inclinação da curva de juros é a incerteza fiscal, qual deve então ser a resposta da política monetária? Nossa avaliação é de que essa situação não prescreve uma política monetária mais conservadora. Enquanto as expectativas de inflação estiverem ancoradas, provavelmente haverá espaço para cortes de juros adicionais. A incerteza quanto à solvência da dívida deve entrar nos modelos do BC de maneira exógena, ou seja, como um dado. Se essa incerteza crescer, os preços de ativos irão se alterar e, com eles, as expectativas, e então a autoridade monetária terá que reagir. Entretanto, reagir preventivamente a esse cenário para evitar o dano caso ele ocorra não parece razoável neste momento, dado o tamanho da ociosidade da economia. Com uma eventual política fiscal expansionista, ou incerteza fiscal de médio prazo, será inevitável elevar os juros. Mas essa prescrição deve se dar quando a incerteza se materializar, como sugere a boa prática de reação de política monetária, e não de forma preventiva, como nos casos em que se antecipam pressões inflacionárias. Em outras palavras, a incerteza fiscal é um evento binário e, caso venha a se materializar, seus efeitos tendem a se assemelhar muito mais a um choque de oferta, na ótica da resposta da política monetária, do que resultar da imprudência, ex-ante, com a condução da taxa de juros.

Por fim, entendemos que o efeito dessa inclinação sobre a recuperação da atividade é inequivocamente negativo. Nesse quadro, o BC pode aguardar os desdobramentos da agenda fiscal ou intensificar o corte para tentar transmitir, para a curva longa, os juros curtos mais baixos, desde que não seja percebido como imprudente, sob o risco de agravar a inclinação de juros por um prêmio de inflação. O que irá governar a resposta do BC será justamente a reação dos preços de mercado, notadamente do câmbio, e das expectativas de inflação. O fato é que, por enquanto, a situação macroeconômica brasileira prescreve uma política monetária acomodatícia, de forma similar ao que ocorreu em outros países que tiveram dificuldades em transmitir a queda de juros curtos para a curva longa após a crise global de 2008, engendrando naqueles casos, inclusive, ações não convencionais como um afrouxamento quantitativo, caso que certamente não se aplica ao Brasil. No nosso caso, a redução das incertezas fiscais é o fator chave para a queda da inclinação de juros.

Conheça também nosso site: economiaemdia.com.br

**** Diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco.***

CÂMARA ÁRABE BRASILEIRA

As vendas brasileiras ao mundo árabe somaram US$ 12,5 bilhões entre janeiro e novembro de 2017, alta de 21,6% sobre o mesmo período do ano anterior, e superávit de US$ 6,7 bilhões, até o momento. O resultado já supera o patamar de 2015, quando as receitas foram de US$ 12,1 bilhões. Em volume, os embarques foram de 38,4 milhões de toneladas, 19,3% mais na mesma base de comparação. Os dados são da Secretaria de Comércio Exterior, organizados pela Câmara Árabe-Brasileira.

A pauta é liderada pelo açúcar (34,2% das receitas), carne de frango (19,7%), minérios (8,4%), carne bovina (7,4%) e milho (5,7%). Até o momento, os principais compradores foram a Arábia Saudita (US$ 2,3 bilhões, alta de 8,2% na comparação com janeiro-novembro de 2016), Emirados Árabes (US$ 1,9 bilhão, +15,4%), Egito (US$ 1,6 bilhão, +37,7%), Argélia (US$ 935,8 milhões, +17,1%) e Iraque (US$ 404 milhões, +80,1%).

A entidade espera fechar o ano com alta de 15% nas vendas sobre 2016. O resultado dos 11 meses do ano foi beneficiado pelo aumento do preço médio da tonelada embarcada: US$ 3,25 mil em janeiro-novembro 2017, contra US$ 3,19 mil no mesmo período de 2016. "Nota-se um claro processo de intensificação da demanda nos países árabes, mercados que vão continuar a crescer por seu perfil demográfico", explica o presidente da entidade, Rubens Hannun.

Com relação à carne de frango, as exportações no período somaram US$ 2,4 bilhões, alta de 6,1% sobe janeiro-novembro de 2016. O avanço nos resultados foi creditado aumento das vendas para o Egito (US$ 220,8 milhões, +67,5%) e Iraque (US$ 170,8 milhões, +107,3%), que acabaram por compensar uma ligeira queda de 11,9% nas vendas à Arábia Saudita (total de US$ 936 milhões no período), o maior comprador do produto.

No cenário da carne bovina, as exportações mantiveram-se no mesmo patamar de 2016, com uma ligeira alta de 1,8% e receitas de US$ 906 milhões. A entidade destaca no resultado o aumento no preço médio do produto em relação ao ano passado e a manutenção dos embarques como resultado das ações conjuntas com o Ministério da Agricultura para mitigar os efeitos da operação Carne Fraca.

A Câmara Árabe também ressalta a expansão da corrente de comércio Brasil-Países Árabes, que chegou a US$ 18,3 bilhões no acumulado e o superávit comercial em favor do Brasil de US$ 6,7 bilhões. As importações dos árabes somaram US$ 5,8 bilhões, notadamente em combustíveis (63% do total) e fertilizantes (27%), que começam a chegar no fim do ano juntamente com início do plantio de grãos.

EPSON

A Epson do Brasil, empresa líder de soluções de imagem digital, anunciou o lançamento de dois scanners de documentos portáteis, os modelos WorkForce® ES-200 e WorkForce® ES-300W, que chegam para complementar sua linha.

Os novos modelos têm como principal foco profissionais que estão sempre em trânsito e precisam verificar e compartilhar rapidamente um documento ou cartão de visita com o escritório, uma necessidade cada vez maior hoje em dia. Eles também oferecem as velocidades de digitalização mais rápidas em sua classe e permitem aos usuários digitalizar uma variedade de documentos em frente e verso, em grandes quantidades. Mais importante, o tamanho portátil permite que os usuários mantenham tudo organizado, independentemente de onde eles estão. Estas características posicionam os novos scanners como uma solução ideal para pequenos e médios negócios, além de trabalhadores autônomos ou que atendem in loco.

Pesando menos de 1,5kg, os scanners compactos possuem velocidades de até 25 ppm / 50 ipm e incluem um alimentador automático de documentos de 20 páginas (ADF) para uma fácil leitura em lote. Ambos podem ser alimentados através de cabo de energia ou USB 3.0, ajudando os usuários a ficarem organizados no escritório ou na estrada. Além disso, o ES-300W pode ser alimentado por bateria e oferece recursos sem fio para digitalização para smartphones, tablets, computadores ou contas de armazenamento online.

Quem quer mais, CRIAFOCO!

Método para criar foco e o passo a passo para chegar lá!

Temos sido cada vez mais bombardeados com uma grande quantidade de informações, inúmeras mídias, tecnologias e uma avalanche de conhecimentos e impulsos sem precedentes na história. Nestes tempos de múltiplas crises, perdemos referenciais e, por isso, é fundamental ter a direção clara de onde queremos chegar. Daí a importância de se ter um foco. Em especial porque somos seres com infinitas possibilidades de escolha e finita capacidade de realização.

Ao contrário do que muitos pensam, viver com foco está longe de ser algo chato ou estressante. Viver focado não é fechar os olhos para a vida. É abrir-se para o sucesso!

Em "Quem quer mais, CRIAFOCO!", o autor Isaias Eufrosino Rodrigues mostra como focar pode ser algo muito leve e prazeroso se nos permitirmos ver o foco sob uma nova perspectiva. Focar não é acertar na mosca. É acertar a Direção!

O livro apresenta, em forma de Guia, o método CRIAFOCO. A linguagem fácil, intuitiva e ilustrada permite a cada um mapear suas inquietações, estabelecer um foco e criar um passo a passo para atingi-lo, usando o melhor da sua inteligência. O objetivo é proporcionar ao leitor uma experiência na arte de focar, enquanto os conceitos são apresentados.

www.criafoco.com.br

GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS

- Tributário
- Societário
- Regulatório
- Civil Empresarial
- Trabalhista
- Previdenciário

São Paulo | Rio de Janeiro | Curitiba | Belo Horizonte | Brasília

www.gsga.com.br

Previsões 2018: política, negócios e investimentos

*Mauricio Bernis**

2018 já pode ser considerado como o ano da esperança, quando os horizontes se abrem para uma nova fase de nossas vidas e de nosso país em diversos sentidos, como a economia e a política.

Astrologicamente o ano novo acontece no Equinócio de Março (início do Outono no Hemisfério Sul e da primavera no Hemisfério Norte) que será no dia 20 de março de 2018. Até lá estamos sob a influência do mapa do equinócio de março de 2017.

Assim, até março de 2018 ainda veremos as mesmas incertezas no ambiente econômico e brigas ferrenhas no ambiente político. A marca de 2017 foi a presença de Plutão no MC, trazendo as transformações e revelando muita sujeira, vindo à tona acontecimentos que até então não eram de domínio público. Violência, criminalidade e muitas desventuras se apresentaram, deixando o povo descrente em um futuro melhor.

Mas, a partir de março de 2018, Júpiter estará no MC do mapa do Brasil, indicando um tempo novo de esperança e de otimismo. Uma mudança radical no estado geral das pessoas e dos acontecimentos. Júpiter é o planeta das Leis e da Ética, também um grande agente de expansão, produtor de crescimento e abertura a novos e positivos horizontes.

Também se destaca a presença de Mercúrio e Vênus em elevação, reforçando a possibilidade de mais harmonia e flexibilidade, que resultam em melhores momentos para os negócios e a economia como um todo.

Parece otimista demais? Com certeza você deve estar achando que há um exagero nesta análise, mas... com Júpiter e Vênus o otimismo é contagiante e, posso estar me contagiando por antecipação!

Objetivamente analisando, as vezes em que Júpiter esteve nesta posição celeste, o Brasil cresceu e teve sua economia em expansão, como em 1994 e 2006. Com ele vem o ingresso de capital estrangeiro em maior volume e uma maior circulação de capital dentro do pais também. Investimentos produtivos e legislação que facilita o crescimento da economia. Assim, podemos esperar índices econômicos melhores do que o previsto.

A força do comércio se fará presente, estimulando a produção industrial que também receberá novos apoios governamentais. Com isso, a máquina da economia retoma seu andamento mais firme e seguro, que refletirá mais concretamente no Brasil em 2020. Contudo, desde 2018 já começamos (nós, do povo) a sentir as melhorias.

Ao longo do ano, os assinantes do Portal Astroinvest têm informações detalhadas a respeito das influências astrológicas na economia, podendo se valer destas informações para tomarem suas decisões de forma mais assertiva. Neste artigo, faço apenas um resumo destas influências...

"É um ano em que se pode arriscar um pouco mais, de forma que os Fundos mais arrojados estão com potencial de terem melhor desempenho."

Especificamente para os investimentos, destacam-se alguns setores: Comércio Exterior, Farmacêutica, Líquidos e Bebidas, Financeiro, Comércio Varejista, Tecnologia, entre outros. Há uma força especial para o setor de Energia, notadamente ligado a modernas tecnologias. Assim, o setor eletroeletrônico como um todo se beneficiará ao longo do ano.

As Bolsas de Valores continuam com bom desempenho, sendo uma opção de investimento em 2018. É um ano em que se pode arriscar um pouco mais, de forma que os Fundos mais arrojados estão com potencial de terem melhor desempenho.

Quem quer comprar imóvel, a hora é agora! O ano de 2018 se mostrará com retomada de preços dos imóveis. É claro que isso não acontece de uma vez, da noite para o dia, mas sim gradativamente, a partir da retomada dos negócios imobiliários que deve acontecer de abril/18 em diante.

Moedas virtuais também estão em alta! Mas, cuidado...podem ser virtuais demais!

Tem as eleições Presidenciais e, astrologicamente, a indicação é de que vencerá aquele que for percebido pelo povo como o candidato que une propostas dos pólos opostos. Não vejo que vencerá os que estão no antagonismo frontal, mais precisamente, nem Lula nem Bolsonaro.

Lula tem aspectos astrológicos que o favorecem até maio/18, depois sua popularidade não será a mesma... ou as condições legais não o favoreçam.

Bolsonaro também tem seus bons aspectos astrológicos, mas não vejo que sejam suficientes para vencer uma eleição presidencial.

Temos ainda Marina Silva e Geraldo Alkmin, sendo este o que apresenta aspectos astrológicos mais fortes sinalizando sua possível vitória. Além destes vamos ainda avaliar Ciro Gomes, Álvaro Dias, Jaques Vagner, Henrique Meireles e sei lá mais quem vai se apresentar...

Tudo isso mantida a impopularidade de Temer. Conforme avaliações que fiz em 2016, disse que se Temer conseguisse passar de setembro/17 na Presidência, ficaria até o fim do mandato. Mas, sua baixa popularidade prossegue forte!

Faço a ressalva de que não temos a absoluta certeza de todos estes mapas astrológicos. Mais adiante farei um artigo específico com os estudos mais aprofundados dos mapas dos candidatos.

E a Copa do Mundo? As vezes em que o Brasil venceu – exceto uma (1962) – havia uma condição astrológica semelhante a de 2018! Então, o Brasil poderá ser Campeão Mundial em 2018!

Vamos com fé e otimismo entrar neste novo ano!

Assine o Astroinvest.com.br e mantenha-se informado das previsões objetivas e detalhadas para tomar suas decisões nos negócios e nas finanças.

**** CEO da empresa Astroinvest.***

Investindo em negócios sustentáveis e com propósito

*Alexandre Diniz**

Uma pesquisa realizada pela consultoria PwC identificou o Brasil no topo do ranking de consumidores preocupados com serviços e produtos oferecidos por empresas que trabalham em conformidade com o desenvolvimento sustentável.

Outro levantamento, o Índice de Consumo Consciente (ICC), desenvolvido pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), revelou que, em uma escala de 1 a 10, os entrevistados dão nota média de 8,7 para a importância do tema "consumo consciente".

Se há alguns anos o casamento entre lucro e propósito social era algo rejeitado no mundo empresarial, o fato é que agora a agenda de sustentabilidade entrou definitivamente na pauta da sociedade. Considerando que investir em um negócio próprio é o sonho de muitos brasileiros, esses dados acima são variáveis importantes na hora do empreendedor decidir onde irá alocar seus recursos.

O franchising brasileiro é um mercado cada vez mais consolidado. O setor tem evoluído significativamente em suas práticas, como índices de competitividade, adoção de novas tecnologias e profissionalização, colocando o País, inclusive, entre os cinco principais centros do mundo com relação ao número de redes de franquias.

Cabe ao empreendedor, entretanto, uma avaliação criteriosa sobre a marca ou empresa que ele representará. Neste contexto, o aspecto dos novos hábitos da sociedade, propósito da marca sobre o cuidado com o meio ambiente e com a sociedade, é um requisito tão importante quanto o suporte da rede.

Negócios com propósito diferenciado, social, ou que tenham relação com o uso eficiente de recursos naturais, por exemplo, deixam de ser uma 'opção visionária' e se tornam viável econômica e socialmente.

Um grande exemplo, talvez o principal, seja a economia de água, nosso bem mais precioso. Muitas cidades brasileiras ainda têm sofrido com racionamentos e cortes no fornecimento, seja por conta de condições climáticas ou por má gestão dos entes público. Diante disso, há uma grande oportunidade de negócios que ajudam o consumidor a poupar água, como as franquias de lavanderias, que utilizam processos modernos e sustentáveis, entre alguns, a limpeza a seco. Partindo do ponto que apenas 3% da água do planeta é doce, e desta quantidade apenas 1% é potável, a lavagem a seco é uma grande aliada à preservação dos recursos hídricos e está relacionada à sustentabilidade do negócio.

Vamos imaginar uma família de 4 pessoas, a qual gasta uma média de 5.400 litros de água por mês para lavar roupas. Uma lavanderia profissional que adota as práticas sustentáveis gasta menos da metade deste volume. Isso mesmo. A máquina de lavar roupas doméstica usa, em média, 50 mil litros de água por ano, segundo dados da Universidade de Michigan (EUA). Logo, a economia gerada em uma lavanderia profissional, tanto da água quanto, consequentemente, da energia elétrica, é o que tem atraído os consumidores.

Adicionalmente a todas essas questões ambientais, é notável a crescente preocupação por parte das marcas com ações de cunho humanitário. Um grande exemplo deste movimento na cidade de São Paulo é o Programa Trabalho Novo, da Prefeitura Municipal. No programa, empresas dos mais diversos setores contratam moradores de rua para exercerem funções específicas, dando um recomeço a esses cidadãos.

Nestes meses derradeiros do ano, campanhas comerciais voltadas ao Outubro Rosa e ao Novembro Azul também entram no cronograma social das organizações, com a certeza de que o valor investido é proporcional à credibilidade e ganho de imagem perante o mercado.

Costumo dizer que não existe a fórmula mágica do sucesso. O que ratifico é que o empreendedor tem de estar atento às mudanças de hábitos da sociedade. Neste sentido, as franquias com propósito e com apelo social são efetivamente lucrativas e sustentáveis.

** Diretor do Grupo Acerte Franchising, detentor das marcas Quality Lavanderia, Prima Clean Lavanderia Express e Linha e Bainha Costuras.*

2018 será o ano das moedas digitais, afirma especialista

*Rafael Narezzi**

O mercado das moedas digitais - as criptomoedas - registrou números que chamaram a atenção de muitos investidores em 2017. Só no primeiro semestre do ano passado foram movimentados cerca de US$ 100 bilhões em todo o mundo. No Brasil, esse número chegou aos R$ 90 milhões. Com esse mercado aquecido, acredita-se que 2018 seja o ano das moedas digitais.

Rafael Narezzi é especialista em cibersegurança da 4CyberSec e atua mais especialmente com o setor financeiro, no qual a segurança dos dados é primordial. Para ele, o mercado das moedas digitais possui grandes diferencias, por isso muitos querem estar dentro. "A demanda só aumenta e prevemos cerca de 140 milhões de novos usuários em 2018. O mundo passou a aderir esse sistema financeiro, no qual podemos trocar valores globalmente sem depender de bancos, de forma ainda mais segura e com melhor eficiência na transação", explica.

Além da valorização da moeda, que cresce disparadamente, outros fatores que atraem interessados é a transferência de valores sem a dependência de humanos, ou seja, a automatização de um "sistema financeiro". No entanto, como tudo o que é novo há coisas a serem estudadas e melhoras. Rafael Narezzi ressalta que se trata de um mercado não regulado, por isso é preciso saber como investir sem evitar perdas e maiores danos.

A Blockchain é uma tecnologia que visa a descentralização como medida de segurança, mesmo assim Rafael ressalta que sempre há riscos que podem ser evitados. A primeira medida e mais importante é saber realmente no quê está mexendo: "Para aprender sobre o mercado, você deve começar estudando cada moeda. Leia, pesquise e veja se essa moeda tem algum diferencial no qual vale investir. Procure saber por que certa moeda e melhor que outras, ou até mesmo quais são as moedas com menores riscos. É necessário ter disciplina e ter consciência para investir em algo não regulado. Assim é possível lucrar bastante".

Outra dica indispensável é aprender como ficar mais seguro e evitar que hackers roubem dinheiro da sua carteira digital. Se por algum motivo perder suas palavras-chave ou chave primaria, também perderá a sua carteira e todo o dinheiro que ela possui. Cada carteira oferece uma interface para enviar e receber dinheiro e um conceito de seguranca, a grande maioria oferece SEED - 12 palavras que formam sua chave primaria e chave publica.

"Para não ficar confuso, a chave pública (seria sua conta bancária) - essa você pode fornecer para todos. Através dela é que você será pago, ou poderá enviar e receber dinheiro. A chave primaria é sua carteira com todos os direitos a ela e somente com a chave primaria sua carteira pode ser usada ou restaurada em outro aplicativo ou dispositivo, PC e etc...".

Confira algumas dicas de segurança para ingressar no mercado das moedas digitais:

1 - Instale um antivirus e um antimalware
2 - Ative dois fatores de *authentication*. Todas as operadoras de moeda digital oferecem isso.
3 - Conheça e se adapte a conceitos de chave privade, SEEDS, carteria, principalmente se você não quiser mandar dinheiro para a carteira errada. Fique muito atento, não há como voltar atrás em casos de erro. Uma vez o dinheiro saiu da sua carteira ele não volta.
4 - Quando estiver viajando ou fora de casa, use uma VPN, para evitar um ataque por conta de um wifi público.
5 - Cheque atentamente sempre os e-mails e não saia clicando em todos quando faz transações financeiras. Geralmente, algumas operadoras pedem confirmação via clique de alguma transação.
6 - Mantenha a senha do seu e-mail segura e, se possível, também habilite o fator de *dual authentication*, e tenha uma senha, de preferência, segura e com um grau de dificuldade elevado.
7 - Tenha um plano de ação para o caso de perder o seu mobile.
8 - Caso perca o seu celular, desconsidere usar a mesma chave privada ou SEEDS, pois não vai querer alguém olhando sua carteira ou tirando o dinheiro dela.
9 - Não mantenha salvo seu login e *password* em sessões. Use e, após isso, faça sempre o *logoff*. Nunca deixe sua senha salva em navegadores.
10 - Caso tenha valores altos, prefira opções de carteiras digitais HARDWARES, tipo a USB Ledger ou Trezor.
11 - Verifique se a fonte de onde esta comprando a moeda e válida. Muitas pessoas estão vendendo como empresas. Procure saber mais informações e suas referências.
12 - Lembre-se que toda vez que abrir o cadastro, irá submeter arquivos confidencias como documentos, e alguns provedores usam como verificação de documentos somente dispondo os documentos logo em seguida.
13 - Fazer compras online usando moedas digitais já é possível, porém cuidado: por se tratar de uma moeda não regulamentada, alguns sites abusam e não enviam o produto, já que não haverá como reclamar.

Especialista em cibersegurança da 4CyberSec (consultoria de segurança digital) e organizador do Cyber Security Summit Brasil.

Nova tecnologia promete revolucionar o combate ao roubo de cargas no Brasil

Inédito sistema de bloqueio inteligente e sem fio que já salvou, somente nos últimos 90 dias, seis cargas de e-commerce avaliadas em mais de R$5 milhões de reais. A eficácia da inovação está relacionada ao fator surpresa e dificuldade extrema de desativação do bloqueio, aliado à simplicidade da solução.

Com o princípio técnico de "roubar o tempo do bandido", a T4S Tecnologia, empresa focada em desenvolver soluções inovadoras para proteção de cargas e veículos, lançou o Bloqueador T4S. A solução patenteada integrou tecnologias conhecidas, como GPRS e Rádio Frequência de maneira inovadora e inedita, destacando-se pela ação surpreendente dos atuadores de bloqueio inteligentes e sem fio, sendo um verdadeiro "quebra-cabeças" para os meliantes. Para mais informações, acesse: www.t4stecnologia.com.br.

O fator tempo é chave de sucesso para as quadrilhas, uma vez que precisam se evadir do local do crime em poucos minutos e em poder do veículo. O Bloqueador T4S toma-lhes esse tempo, diante das dificuldades impostas na tentativa de desativá-lo. Além de seu propósito principal de bloquear o veículo de forma eficaz, sem permitir sua desativação, a solução possui um módulo rastreador próprio com todas as funcionalidades de um sistema secundário de rastreamento ou redundância.

O bloqueador T4S imobiliza o veículo automaticamente em dois tipos de ações criminosas típicas, sendo a primeira quando acontece a tentativa de roubo com utilização do jammer, também conhecido popularmente por "capetinha" ou "chupa-cabra" (aparelho que neutraliza o sinal de GPS/GPRS dos rastreadores). O T4S reconhece sua presença e os atuadores de bloqueio entram em ação, fazendo o veículo parar em curto espaço de tempo e de maneira segura. Já a segunda situação de bloqueio automático, ou seja, que independe de ação humana para acontecer, é aquela em que a quadrilha tenta violar os sistemas de rastreamento.

Nas demais situações de risco, como paradas ou desvios de rota não programados, as Centrais de Monitoramento poderão enviar comandos de bloqueio remotamente.

Os benefícios do T4S não param por aí. A solução tem alta durabilidade e permite reinstalação, algo muito propício para frotas de agregados e caminhoneiros autônomos.

Testes reais com grandes embarcadores e transportadores do mercado nacional, demonstraram que a ocultação e ação inteligente dos componentes impediram a desativação do bloqueio em tempo hábil para os bandidos.

Na prática, os primeiros clientes T4S que utilizaram a solução, apostando em sua lógica e resultados potenciais, sofreram seis tentativas de roubo e, em todas elas, carga e caminhão foram salvos e encontrados intactos na via pública, muito próximos dos locais das abordagens criminosas. Graças ao fator surpresa provocado pelo bloqueio, as quadrilhas se evadiram em poucos minutos.

"Para esses clientes que nos prestigiaram desde cedo, o retorno do investimento na prevenção foi imediato e centenas de vezes superiores aos valores investidos. Eles ainda continuarão a usufruir dessa eficácia pelos próximos anos, preservando seu patrimônio (caminhão) e permanecendo com suas apólices de seguro de carga saudáveis, além de fortalecer a imagem de transportador eficiente junto a seus embarcadores", explica Luiz Henrique Nascimento, diretor da T4S Tecnologia.

Logo após a instalação das primeiras unidades, o T4S obteve um dos seus primeiros salvamentos de carga, às margens da rodovia Presidente Dutra, em Guarulhos (SP). "Estávamos transportando uma carga bastante valiosa e sofremos uma abordagem de uma quadrilha que utilizou um jammer. A solução T4S detectou a frequência desse equipamento e o veículo foi bloqueado em minutos. Quando chegamos ao local, não havia nenhum sinal da quadrilha e o baú do caminhão estava intacto. Notamos que houve tentativa de encontrar um ponto de bloqueio usual e conhecido e diante da impossibilidade de desbloquear rapidamente, eles se evadiram", conta Ronaldo Silveira, Sócio-Presidente da OnTime Log.

O ROUBO DE CARGAS NO BRASIL

Segundo a Associação Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística (NTC&Logística), em 2016 foram registrados 24.563 casos de roubo de cargas no Brasil, totalizando um prejuízo de R$ 1,360 bilhões, o que representa um aumento de 27,5% e 21,4% com relação à 2015, respectivamente. Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, juntos, somam 80,66% das ocorrências.

Na terceira posição em números de ocorrência aparece o Nordeste (5,58%), seguido pelo Sul (5,54%), Centro-Oeste (3,24%) e Norte (0,96%). As cargas mais visadas são produtos alimentícios, cigarros, combustíveis, eletrônicos, produtos farmacêuticos, bebidas, têxteis e confecções, autopeças e produtos químicos.

Falta de transparência prejudica empresas que pedem recuperação judicial

*Carolina Merizio Borges de Olinda**

A fiscalização das atividades das empresas em Recuperação Judicial ainda enfrenta barreiras decorrentes da falta de transparência das informações transmitidas pelos Administradores Judiciais, conforme aponta estudo recentemente divulgado pelo Instituto Recupera Brasil.

Considerando a extrema relevância do papel exercido pelos Colaboradores da Justiça nomeados como longa manus dos magistrados para atuarem além das tarefas processuais, o estudo buscou evidenciar se os agentes estão cumprindo requisitos tidos como básicos para fornecer aos credores elementos suficientes para a tomada de decisões, seja para votação dos planos de recuperação judicial, para mensuração de expectativas de recebimento dos créditos ou mesmo para conceder novos créditos no curso do procedimento recuperacional.

De acordo com o levantamento, cerca de 27% dos casos de recuperação judicial não contemplam qualquer informação prestada pelos administradores judiciais, sendo que 20% permanecem sem relatórios mesmo após 90 dias do início dos trabalhos de acompanhamento e fiscalização das atividades.

Eleitos pelo estudo 44 parâmetros necessários para o bom acompanhamento das atividades das empresas em recuperação judicial que vão desde análise de informações contábeis básicas como receita bruta, lucro/prejuízo e caixa das devedoras até margem EBITDA e índices de liquidez, apurou-se que grande maioria dos auxiliares nomeados pela Justiça não avaliam nenhum ou ponderam poucos dos parâmetros considerados essenciais pelo apontamento.

Verifica-se, portanto, que os administradores judiciais via de regra limitam-se a levar poucos indicadores ao conhecimento dos credores e demais *stakeholders*, geralmente aqueles "extraídos quando da simples leitura do demonstrativo mensal de resultados (DRE) elaborado pela contabilidade da empresa recuperada".

O que se conclui é que na maior parte dos processos de recuperação judicial não há qualquer análise valorativa sobre às informações pálidas que poderiam ser simplesmente apresentadas pelas próprias devedoras.

Assim, o processo de evolução do instituto de recuperação judicial passa pela premissa de que os profissionais que atuam na administração judicial devem alcançar expertise iniciando a atuação em casos de menor expressividade econômica e proporcional grau de dificuldade, observando práticas que revelem a efetiva proximidade sobre a realidade da empresa fiscalizada, galgando espaço no mercado para futuras nomeações em casos de maior complexidade, que dependerão de atuação profissional, multidisciplinar e especializada.

** Advogada especializada em Direito Falimentar e Recuperação de Empresas. Formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP, especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Sócia responsável pelo departamento jurídico especializado em administração judicial e de consultoria empresarial voltada para atuação em casos de recuperações judiciais e falências da Capital Administradora Judicial. Vice-Presidente do Instituto Recupera Brasil – IRB.*

Paz é fruto da justiça

*Marcelo Crivella**

Chegou a hora de o Brasil pensar no Rio.

O Rio foi a capital do Brasil, hoje é a capital da violência. O Rio precisa de paz, e a paz é fruto da justiça. O Rio clama por justiça. Justiça fiscal na distribuição da renda nacional.

Seria possível imaginar despoluir nossos rios e lagoas; reformar, modernizar e superequipar todos os hospitais, maternidades e postos de saúde; universalizar o horário integral nas escolas com internet em banda larga; recapear ruas e avenidas e, nas principais, garantir pavimento rígido, ou seja, buraco nunca mais; sumir com as enchentes de verão; urbanizar as favelas, garantir água, coleta e tratamento de esgoto e tratamento em toda a cidade; implantar nas comunidades escola técnica, de música, de teatro, esportes em novas vilas olímpicas; empreender um projeto de reflorestamento sem precedentes; fazer um cerco eletrônico nas vias de acesso à cidade e deter drasticamente a entrada de armas, munição e drogas; atrair indústrias com atuação na área de robótica, internet das coisas, dados nas nuvens, colocando a cidade na estrada ensolarada da ordem e do progresso; e fazer isso tudo em apenas um ano sem precisar de capital, mão de obra e empresas que não sejam as nossas próprias?

Eu digo que sim.

Bastaria que, pelo menos por um ano, a União não recolhesse os mais de R$ 120 bilhões dos cariocas em Imposto de Renda, PIS/Cofins, IPI e demais impostos, e que eles fossem todos investidos aqui em infraestrutura, educação, saúde e políticas sociais.

A cidade contribui anualmente com R$ 120 bilhões para a União e recebe de volta pouco mais de R$ 4 bilhões. Considerando o Estado do Rio, são R$ 130 bilhões, e retornam só R$ 20 bilhões. Sei que os tecnocratas de Brasília vão alegar o Pacto Federativo, mas por que Minas envia R$ 42 bilhões e recebe de volta R$ 31 bilhões?

Podem também alegar as despesas da União com a rede de hospitais federais, mas hoje ela está pior que a rede do estado, ente que definha sob o mesmo calabouço fiscal. Mesmo o pagamento dos aposentados pela União no Rio não pode ser considerado, porque eles contribuíram a vida inteira, não é favor.

O Rio não suporta mais ver o desperdício de sucessivas gerações perdidas no cativeiro fiscal. Trabalhadores lançados ao báratro degradante de uma existência incompatível com a dignidade da pessoa humana, e não pouco dos seus filhos revoltados caírem nas armadilhas da insânia da criminalidade. O Brasil canta Pátria Mãe Querida, mas me diz que mãe é ela, se aqui no Rio seus filhos nascem, vivem e morrem na favela?

O Rio precisa irradiar desenvolvimento para a região metropolitana, e não oferecer suas ruas para a mendicância.

Nossa cidade foi a capital que mais perdeu empregos formais. De janeiro de 2015 a outubro de 2017, foram eliminados 303.854 vagas com carteira assinada. Não se pode aceitar isso como um imperativo do destino.

O calote da Lei Kandir, o ICMS do petróleo no refino e o surrupio dos royalties do estado no leilão das últimas bacias confirmam a continuidade dessa orgia histérica da cleptocracia fiscal que nos assola.

O Rio sempre pensou no Brasil. Chegou a hora de o Brasil pensar no Rio, que não pede favor, mas clama por justiça. O Senado, onde por 14 anos como João Batista no deserto clamei por um novo Pacto Federativo, precisa corrigir esse equívoco histórico que condena o Rio a uma violência anômica.

ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL O GLOBO DIA 19/12/2017

** Prefeito do Estado do Rio de Janeiro.*

MEDITAÇÃO PARA EXECUTIVOS

O **PROJETO CONEXÃO** tem como foco desenvolver a liderança interior e treinar, para se obter uma mente saudável e sabedoria emocional. A meditação é uma excelente ferramenta para diminuir a atividade cerebral, reduzir a pressão arterial e, consequentemente, reduzir o nível de estresse, pois abre-se espaço para o silêncio. O cultivo deste silêncio resulta em uma melhor produtividade a nível profissional.

Leve o PROJETO CONEXÃO para sua empresa.

- Melhora do clima organizacional
- Alívio de dores e estresse
- Melhora da lucratividade

PROJETO CONEXÃO
MEDITAÇÃO CORPORATIVA

- Aumento motivacional
- Redução de Turn Over
- Estimula a cooperação

ESPAÇO Qi
autoconhecimento · sáude · bem-estar

97656-1886
Av. das Américas, 8.505
Sala 207- Ed. Las Palmas- Barra da Tijuca
oespacoqi.com.br- contato@oespacoqi.com.br

oespacoqi | oespacoqi | oespacoqibr

Advogado faz alerta para as principais mudanças no Brasil, em 2018

*Arcênio Rodrigues da Silva**

Para eleições à presidência da república, os possíveis candidatos ainda não se manifestaram e apenas no mês de março, a população brasileira saberá, oficialmente, quem irá concorrer.

O cidadão deve, além da escolha do candidato a presidente, ser muito criterioso ao votar nos candidatos ao parlamento como senadores, deputados federais e deputados estaduais. "Eles são peças importantes para tentar melhorar o país", considera Dr. Arcênio Rodrigues. E, como escolher? "Pesquisar sobre o candidato, ver as redes sociais e ter a certeza de quem vai te representar possui um caráter de integridade. Ele não pode estar envolvido em escândalos. E quem estiver concorrendo à reeleição, o povo tem que saber o que ele fez de fato durante o mandato: como votou em determinados projetos, qual a frequência no parlamento, quais os projetos apresentados em beneficio da sociedade, cumpriu as promessas de campanhas? Tem parlamentar que nem aparece!" explica o especialista.

Votar em branco ou nulo não é a melhor maneira de manifestação. Esses votos acabam beneficiando alguém que nem sempre será merecedor! Na última eleição, por exemplo muitos candidatos foram eleitos com apenas 100 votos em função do coeficiente de votos para a legenda do partido mais votado. Isso beneficia pessoas que não merecem.

Outra importante mudança em 2018 acontece na Declaração do Imposto de Renda. A Receita Federal divulgou algumas normas que já estão valendo para a movimentação financeira do contribuinte neste ano. Portanto, elas serão usadas na declaração a ser feita e entregue em 2018, e fazem parte da Instrução Normativa 1756, do dia 6 de novembro.

Há, pelo menos, cinco pontos que vão alcançar muitos contribuintes: inclusão de filho como dependente em caso de pais separados; facilidades para informar despesas médicas que são dedutíveis do imposto; possibilidade de deduzir o auxílio-doença; isenção sobre envio de dinheiro ao Exterior para despesas com educação e tratamento médico; e critérios para cálculo de multa e juros na falta de recolhimento de imposto na venda de imóvel.

Já o "Simples Nacional ou Supersimples", vai passar por drásticas modificações a partir1º de janeiro de 2018. Dentre essas serão alteradas valores limites possíveis para estar no modelo tributário e a criação de uma faixa de transição para a saída do Simples para outra tributação.

Essa alteração se deve ao fato do tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte com a lei de 2006 ter possibilitado diversos avanços para esse tipo de empresa. Contudo, existia uma "trava de crescimento", por não haver um regime transitório desse tipo de empresa para as demais.

O que muda? Novos limites de faturamento - o novo teto de faturamento agora é de R$ 4,8 milhões por ano, mas com uma ressalva: o ICMS e o ISS serão cobrados separados do DAS e com todas as obrigações acessórias de uma empresa normal quando o faturamento exceder R$ 3,6 milhões acumulados nos últimos 12 meses, ficando apenas os impostos federais com recolhimento unificado.

Além disso, mudam as Novas alíquotas e anexos do Simples Nacional - a alíquota inicial permanece a mesma nos anexos de comércio (anexo I), indústria (anexo II) e serviços (anexos III, IV), exceto para o novo anexo V de serviços, que será atualizado e não terá mais relação com o anexo V anterior. No entanto a alíquota tornou-se progressiva na medida em que o faturamento aumenta e não mais fixa por faixa de faturamento. Todas as atividades do anexo V passam a ser tributadas pelo Anexo III. Extingue-se o anexo VI e as atividades passam para o novo anexo V.

Já as novas atividades no Simples Nacional - em 2018, micro e pequenos produtores de bebidas alcoólicas (cervejarias, vinícolas, licores e destilarias) poderão optar pelo Simples Nacional, desde que inscritos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para exportação, licitações e outras atividades - em relação a importação e exportação, as empresas de logística internacional que forem contratadas por empresas do Simples Nacional estão autorizadas a realizar suas atividades de forma simplificada e por meio eletrônico, o que impactará diretamente nos custos do serviço aduaneiro.

E, por fim, a MEI - As duas grandes e principais mudanças são o novo teto de faturamento (até R$ 81.000,00) por ano ou proporcional (nos casos de abertura) e a inclusão do empreendedor rural.

** Advogado, mestre em Direito e também sócio titular do escritório Rodrigues Silva Advogados Associados.*

Empresas saudáveis, um aviso aos gestores

*Stefan Alexander**

A Estratégia Corporativa isolada da Estratégia Financeira é incompleta

As empresas têm enfrentado momentos de transição onde a Estratégia Corporativa e Financeira é constantemente desafiada.

Na Acf temos nos dedicado à implementação de Estratégias Corporativas e Financeiras a partir da análise do modelo de negócios e seus impactos na estrutura de capital.

É comum que este tema venha à tona em momentos de transição, causados por mudanças no cenário econômico ou no cenário competitivo, por uma fusão, ou qualquer outra alteração da normalidade que afeta diretamente a estrutura de capital. Situações nas quais a gestão financeira é parte relevante do sucesso e sobrevivência do negócio.

Ao discutirmos com acionistas e gestores estas questões, a comparação com a saúde humana ajuda a colocar todos na mesma página.

A analogia entre empresas e seres humanos apareceu pela primeira vez na literatura quando o economista François Quesnay, que também era médico, comparou os fluxos financeiros aos fluxos sanguíneos em seu *'Tableau économique'* no século XVIII.

A economia e suas teorias evoluíram muito desde Quesnay, cuja obra foi o pilar do pensamento fisiocrata, mas esta abordagem permanece pertinente e útil na discussão do modelo de negócios e seus impactos na estrutura de capital.

"Gestores: vamos tratar da Estratégia do Negócio, depois o CFO cuida dos detalhes financeiros."

Em grande parte dos casos, o primeiro desafio que encontramos é a ideia corrente - e errada - de que as questões financeiras não são parte integrante da discussão estratégica e de modelo de negócios. A área financeira é frequentemente vista como "atividade de apoio" e, consequentemente, a estratégia financeira não recebe a devida atenção.

Em empresas não financeiras, muitos gestores e acionistas não entendem que a estratégia corporativa e a gestão do negócio não estão completas se não incluírem a estratégia financeira e a gestão financeira adequadas. Não existe uma coisa sem a outra.

Comparando os fluxos financeiros ao fluxo sanguíneo (à la Quesnay), é possível entender que o diagnóstico financeiro é o primeiro passo para apreciar os efeitos deste período de transição nas atividades da empresa. Este diagnóstico visa entender os impactos das diversas atividades nos resultados da empresa, e não se limita a uma avaliação apenas das atividades financeiras. É como um exame de sangue, que todos fazemos com frequência. O objetivo do exame de sangue não é fazer descobertas sobre o sangue em si, mas permitir ao médico obter informações para diagnosticar o funcionamento de diversos órgãos do corpo. Frequentemente, os sinais de alerta do exame indicam medidas ou exames adicionais que sequer tem relação direta com o sangue.

Para fazer esta analogia mais clara, imagine um diálogo entre médico e paciente no qual o primeiro anuncia ao segundo que seu exame de sangue mostrou um nível de colesterol elevado. A resposta que o paciente gostaria de receber é "Não se preocupe, vamos filtrar o seu sangue e o problema está resolvido." Infelizmente, o prognóstico é diferente: "Vou te recomendar um remédio, mas você vai ter que mudar seu estilo de vida, hábitos alimentares e fazer exercício!"

"CEO: a minha empresa está muito alavancada!"

Com frequência, gestores e acionistas que se deparam com situações de endividamento elevado não compreendem claramente a relação entre a estrutura de capital e as atividades operacionais. Quando uma empresa atinge um nível de endividamento mais elevado que o desejado e não prioriza a gestão das atividades financeiras

do modelo de negócio, é comum escutarmos a pergunta: "como resolvo este problema financeiro da dívida para que ele não atrapalhe o meu negócio?" Como se estas coisas não fossem diretamente relacionadas.

Esta reação é compreensível. Quando um filho está com febre alta, queremos uma solução para que a temperatura abaixe. Mas será que esta é a questão mais relevante? Na maior parte dos casos, não.

A situação de endividamento de uma empresa pode ser (e frequentemente é) apenas consequência e não a causa. O diagnóstico da doença na maioria dos casos é mais complexo do que apenas o tratamento do sintoma. "De onde veio este desequilíbrio? Qual a sua origem?" Se a doença não for tratada, a febre retorna após o antitérmico.

Quando uma empresa não planeja de forma estratégica sua estrutura de capital e seu nível de endividamento, as consequências podem ser dramáticas. Na prática, muitas empresas usam o mercado de crédito de forma desestruturada, sem um planejamento apropriado, e, pior, confundem os conceitos de alavancagem e endividamento.

Do ponto de vista conceitual, a justificativa teórica para o uso de endividamento como fonte de recursos seria a alavancagem do retorno dos acionistas. De forma simplista, até um certo nível de endividamento, quanto maior a dívida - com o aumento da despesa financeira resultando numa base tributária menor - maior é o retorno dos acionistas.

Entretanto, este ponto ótimo de alavancagem não é fácil de ser atingido na vida real, e sua capacidade de planejamento depende muito da previsibilidade dos resultados da empresa. Quanto mais volátil for o negócio da empresa, maior a probabilidade que a dívida seja inferior ou superior ao ponto ótimo. Mas, quanto maior o endividamento, pior será a qualidade de crédito da empresa e, cedo ou tarde, maiores serão os juros pagos. Infelizmente, dívida em excesso não é alavancagem - é só dívida mesmo. A dívida excessiva reduz o retorno dos acionistas e a partir de certo ponto tem consequências muito mais sérias.

Dentro de intervalos administráveis, este erro de planejamento financeiro tem apenas impactos negativos sobre o retorno dos acionistas, mas não afeta a sustentabilidade da empresa. São contornáveis.

"Dívida em excesso não é alavancagem - é só dívida mesmo!"

Entretanto, quando a despesa financeira e amortizações superam a geração operacional de caixa, e a empresa é obrigada a contrair dívida para fazer frente a este fluxo negativo, o problema se torna bem mais grave.

A partir deste ponto a dívida passa a ter crescimento próprio, descontrolado, como uma célula cancerígena. No limite, há metástase.

Neste caso a "doença" da empresa é muito mais grave e a cura implica um tratamento intensivo: se a empresa não for capaz de se reequilibrar aumentando a geração de caixa operacional, vendendo ativos, recebendo novos empréstimos ou se capitalizando... terá de reestruturar seu passivo financeiro. Em outras palavras, o tratamento não é simples e tem efeitos colaterais graves.

"Aviso aos Gestores: Não existe Estratégia Corporativa completa sem Estratégia Financeira."

As analogias com a saúde humana têm sido úteis para explicar, de forma simples, a conexão da estratégia financeira com a estratégia corporativa. Os gestores e acionistas precisam entender que não existe uma coisa sem a outra. No entanto, a prevenção dos problemas é quase uma questão de bom senso: uma rotina planejada com hábitos saudáveis e geração de caixa nunca fizeram mal a ninguém.

** Sócio da Alexander Corporate Finance ("Acf"), empresa de consultoria especializada na criação de valor em períodos de transição (www.alexandercf.com.br). É mestre em economia pela PUC-Rio, foi investment banker do BBA e do Bank of America e CFO das Organizações Globo.*

TRF3 cria grupo de trabalho para integrar execuções fiscais ao PJE

A presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargadora federal Cecília Marcondes, publicou ontem (27/11) a Portaria PRES 877, que constituiu grupo de trabalho para a definição de fluxos de tramitação das execuções fiscais com vistas à integração dessa classe de ações ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com diversos tribunais do país, o PJe permite a prática de atos processuais e o acompanhamento do processo de forma eletrônica. Na Justiça Federal da 3ª Região, o PJe está disponível em todas as suas subseções desde 18 de agosto e já é obrigatório para o ajuizamento de novas ações, com exceção das criminais e das execuções fiscais.

As execuções fiscais representam a maioria dos processos do acervo da Justiça Federal da 3ª Região. Dos processos em tramitação, 77% pertencem a esta classe de processos; dos sobrestados, 90%. Além disso, o relatório Justiça em Números 2017, publicado pelo CNJ, revela que a fase de execução demora três vezes mais tempo do que a fase de conhecimento.

Para integrar as execuções fiscais ao PJe foi constituído um grupo de trabalho coordenado pelo assessor de Gestão dos Sistemas de Informação do TRF3, David Panessa Baccelli.

O grupo de trabalho deve apresentar ao Comitê Gestor Regional do PJe, em até 30 dias, relatório detalhado e conclusivo sobre o nível de compatibilidade dos procedaimentos adotados na tramitação dos processos de execução fiscal e o fluxo atual previsto no PJe, bem como propostas sobre eventuais alterações do sistema, para adequação às necessidades da Justiça Federal da 3ª Região, a serem enviadas ao CNJ.

Embora as maiores causas da lentidão no processamento das execuções fiscais não possam ser atribuídas ao Poder Judiciário – já que se trata das dificuldades em promover a citação e em localizar e penhorar bens dos devedores –, levar a sua tramitação para o meio eletrônico vai acelerar a resolução desses processos, acredita a presidente do TRF3.

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 - www.ibefrio.org.br / www.cursosibefrio.org.br

BIÊNIO 2017/2019 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *José Carlos Monteiro*

Vice-presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Membros - *José Octávio Vianello de Mello, Jorge Saul Doctorovich, Manuel Fernandes Rodrigues de Souza, Ricardo Emmanuel Vieira Coelho, Roberto da Cunha Castello Branco, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien.*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*

1º Vice-presidente - *Gustavo Damázio de Noronha*

Vice-presidentes - *Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia, Patrício Roche e Sérgio Burrowes Raposo.*

Secretário Geral - *Marcos Chouin Varejão.*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *José Carlos Fardim*

Membros - *Claudio Roberto Contador e Luiz Affonso Neiva Romano*

Suplentes - *Aldo Henrique Ramos, Gustavo Tavares da Cunha Mello e Paulo Sérgio Costa Lima Marques.*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theophilo de Azeredo Santos e Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Simone Lira

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

O impacto do estresse nas organizações

*Gilberto Ururahy**

O estresse crônico bateu à porta do ambiente profissional em companhias do mundo todo. Considerado o mal do início deste século, ele é hoje, a causa de uma grande variedade de doenças, como o acidente vascular cerebral e o infarto do miocárdio. Em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e com carga horária crescente em todos os níveis hierárquicos – tida como excessiva por 60% dos executivos, segundo pesquisas −, atualmente, as empresas são consideradas verdadeiras fábricas de estresse. Nem mesmo a prática de atividade física tem compensado o peso do trabalho na vida das pessoas. Um levantamento da Med-Rio Check-up registrou que o sedentarismo entre os executivos diminuiu nos últimos 16 anos, mas isso não resultou, necessariamente, na melhora da qualidade de vida deles. Enquanto o sedentarismo caiu 5% entre homens e mulheres no período, o estresse subiu 13% entre os engravatados e 17% entre elas.

Pesquisas atestam que o custo do estresse profissional nos EUA passa de 300 bilhões de dólares ao ano. No Brasil, estima-se que chegue a quase 4% do PIB, ou mais de 80 bilhões de dólares, segundo a ISMA (International Stress Management Association). No caso das empresas, o estresse impacta diretamente nos custos médicos, ligados a tratamentos, internamentos e consultas. Mas, o maior efeito nem sempre é possível de ser mensurado, pois é o prejuízo relacionado à baixa produtividade, ao absenteísmo, ao turnover, ao burnout, além da necessidade de buscar profissionais no mercado devido à dificuldade de reter talentos.

Dados de um estudo elaborado pela ISMA-BR apontam que o estresse foi responsável por um aumento de 140% nos gastos trabalhistas das empresas brasileiras nas últimas décadas. De olho no prejuízo, muitas empresas já estão investindo em programas contra o estresse, campanhas de conscientização para a necessidade do lazer, além da realização de check-ups, que podem prevenir a evolução e proporcionar o controle de doenças como a hipertensão.

Nos Estados Unidos, cerca de 80% das empresas desenvolvem programas de promoção à saúde de seus colaboradores, com o considerável retorno de US$ 4 para cada dólar investido. A lógica do check-up é simples: Se uma doença é detectada em estágio inicial, maiores são as chances de ela ser curada. O serviço inclui a realização de exames preventivos que ajudam a reduzir os fatores de risco entre os profissionais e a aumentar a produtividade. O objetivo é atender à demanda de empresas que se preocupam em diminuir os índices de afastamento de funcionários por motivo de doenças. Os sintomas do estresse podem aparecer de diversas formas.

O indivíduo estressado fica vulnerável à ocorrência de doenças degenerativas e infecciosas, apresenta distúrbios alimentares e de sono, falhas de memória e de concentração e maior irritabilidade. Isso sem contar as dificuldades no relacionamento interpessoal, desestruturação da vida familiar, queda na performance e na eficiência − fatores que, somados, podem levar ao desemprego e à depressão. É importante lembrar que, além de investir no bem-estar de seus funcionários, paralelamente, o executivo deve estar atento à sua própria saúde. Vícios como o tabagismo, álcool, maus hábitos alimentares e sedentarismo devem ser evitados. Ter uma condição física saudável, dormir um sono repousante, praticar atividades físicas regularmente e cultivar a espiritualidade são táticas fundamentais para gerenciar o estresse.

** Diretor-médico da Med-Rio Check-up.*

Experiência = Eficácia

BRANCO

www.brancoconsultores.com

BRANCO CONSULTORES TRIBUTÁRIOS COLABORA COM A ANDERSEN GLOBAL NO BRASIL

- CONSULTORIA TRIBUTÁRIA
- ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA
- PERÍCIAS CONTÁBEIS

RIO DE JANEIRO
Rua da Assembléia, 77 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP 20.011-001
Tel.: 21 3231 5900
Fax: 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087 8910
Fax: 11 5087 8810

COMO ANDA SUA SAÚDE FISCAL?

EVITE DESPERDÍCIOS, CORTE CUSTOS E GERE CAIXA COM A RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS. DESCUBRA COM NOSSO TIME DE ESPECIALISTAS COMO **OTIMIZAR SUA CARGA TRIBUTÁRIA**.

A Oliveira & Carvalho presta serviços de excelência para empresas que buscam otimização de custos tributários, com segurança.

SEJA UM PARCEIRO!

VOCÊ SABIA QUE SUA REDE DE CONTATOS É UM ATIVO?
BASTA VOCÊ INDICAR UM CLIENTE E A O&C CUIDA DE TODO O PROJETO.
SEJA **PARCEIRO DE NEGÓCIOS** DE UMA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS MAIS ESPECIALIZADAS EM RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS.

www.oliveiraecarvalho.com

RIO DE JANEIRO
(21) 3591 8666
AV. DAS AMÉRICAS, Nº 3.500
GRUPO 615 - ED LONDRES
LE MONDE - BARRA DA TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ

SÃO PAULO
(11) 2970 1510
AV. DR. MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES, Nº 1.119
GRUPO 601 - OFFICE TAMBORÉ
TAMBORÉ, ALPHAVILLE - SP

DEMAIS LOCALIDADES
BELO HORIZONTE | BLUMENAU | BRASÍLIA | CURITIBA
FLORIANÓPOLIS | GOIÂNIA | PORTO ALEGRE | RECIFE | VITÓRIA
EUA: BOCA RATON, FLÓRIDA

Oliveira & Carvalho
Auditoria • Consultoria